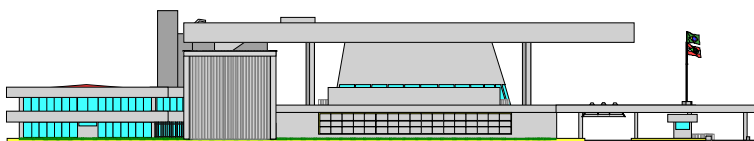


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.357

**17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherem
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ângela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Ângela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherem

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.ale.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XX - NÚMERO 2357
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 103ª Sessão Ordinária realizada em 16/11/2011 2
 Ata da 104ª Sessão Ordinária realizada em 17/11/2011 13

Atos da Mesa

Atos da Mesa 21

Publicações Diversas

Aviso de Licitação 22
 Aviso de Resultado 22
 Extratos 22
 Portarias 23
 Resolução 24

P L E N Á R I O

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Faz seu discurso de posse, elencando prioridades do seu mandato.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Manifesta-se acerca da luta travada para a expansão do ensino superior federal e estadual em SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a greve dos policiais civis do estado.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Apresenta relatório final do Fórum Permanente de Combate e Prevenção às Drogas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Ismael dos Santos.

Partidos Políticos

DEPUTADO DADO CHEREM - Manifesta preocupação com a área da saúde de Balneário Camboriú; reporta-se à anistia de policiais militares.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Analisa a questão dos direitos autorais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com a deputada Angela Albino.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Comemora a decisão do DNIT de transferir a praça de pedágio para a divisa de Palhoça e Paulo Lopes; critica a ausência de cobertura midiática para o seminário internacional O futuro da água no Mercosul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Edison Andrino.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se à sanção da lei que atualiza o Simples Nacional; manifesta-se favorável à aprovação da Lei Seca pelo Senado; repudia atitudes do Ecad.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Comenta a questão salarial do funcionalismo público; reporta-se à economia brasileira e mundial.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Manifesta consideração ao deputado Romildo Titon; reporta-se ao resultado da mobilização do PP em todo o país.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Parabeniza o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Parabeniza o deputado Joares Ponticelli.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à Expo São Miguel e à Efacip.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Cumprimenta o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pronuncia-se acerca do plebiscito que ocorrerá no estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA N. 017-DL, de 2011
 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art.52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições,
CONCEDE licença ao Senhor Deputado Jailson Lima, por um período de sessenta dias, a

contar de 16 de novembro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011.

(a) Deputado Gelson Merisio
Presidente"[sic]

"ATO DA MESA N. 060-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições,

CONVOCA a cidadã Odete de Jesus Prestes Nascimento, 1ª Suplente da Coligação em Favor de Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Jailson Lima, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011.

(a) Deputado Gelson Merisio
Presidente"[sic]

Convido a deputada Odete de Jesus para proceder ao seu juramento.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina, observar as leis, desempenhando legal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense, em nome de nosso Senhor Salvador Jesus Cristo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Convido a deputada Odete de Jesus para assinar o termo de compromisso.

(Procede-se à assinatura do termo.)

Declaro empossada a deputada Odete de Jesus e concedo-lhe a palavra por até dez minutos.

(Palmas)

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados, líderes de bancada, srs. convidados, amigos do coração, imprensa falada, escrita e televisionada, é com muita alegria que estou hoje novamente nesta Casa Legislativa, na qual exerci mandato por 12 anos de vida pública.

Quero, primeiramente, agradecer à minha família, à minha filha Viviane e ao meu neto Marcos Vinicius, os quais sempre me deram muito apoio.

Quero agradecer ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, que me deu muito apoio, aos colegas de bancada desta Casa, ao Conselho de Ética das Entidades Religiosas, que se faz aqui presente, que me deu muito apoio; quero agradecer carinhosamente aos amigos que se fazem presentes neste momento. Não vou citar nomes porque posso falhar e deixar alguns tristes, mas os que estão aqui são do meu coração.

(Palmas)

Obrigada.

São pessoas que na hora que precisamos estendem a mão; são pessoas amadas; são pessoas de dentro da minha casa.

Quero agradecer também ao deputado Jailson Lima, que nos está dando

esta oportunidade de poder atuar aqui novamente durante 60 dias, e à bancada do Partido dos Trabalhadores, pois houve, claro, uma conversa para que isso acontecesse. Enfim, quero agradecer, do fundo do meu coração, ao deputado Jailson Lima, desejar-lhe muitas felicidades e que Deus o cubra de bênçãos, como também sua família.

Então, quero deixar o meu carinho, a minha gratidão, srs. deputados, amigos, telespectadores que nos acompanham, e dizer que vamos dar continuidade ao trabalho que iniciamos desde o ano de 2008. Está sendo feito um trabalho social, em que muitas leis foram sancionadas, como o Disque-Denúncia nas escolas. Inclusive, farei uma visita às escolas da rede pública para ver se está lá a plaquinha do Disque-Denúncia contra maus tratos à criança e ao adolescente.

Visitarei, da mesma forma, os hospitais, porque o cidadão tem que ser tratado com muita dignidade, com muito carinho e ser bem atendido na rede hospitalar. E quero informar que na entrada dos hospitais está à disposição a Cartilha do Direito do Paciente, com seus 33 artigos.

Vou dar continuidade também ao Programa de Atendimento às Mulheres e às Vítimas de Violência Sexual, que é uma lei de nossa autoria, sancionada pelo governador do estado. Essas mulheres vítimas de maus tratos terão assistência médica, assistência psicológica, social, jurídica e direito ao transporte especial, um veículo descaracterizado para dar mais proteção. Porque sabemos que a mulher tem sido alvo de muita violência. E se cuidarmos bem da mulher, estaremos cuidando da criança, do esposo, porque ela é que fica maior tempo em casa. E é isso que diz a nossa presidente Dilma Rousseff, ou seja, se cuidarmos da mulher, estaremos cuidando também de toda a família.

Srs. deputados, vamos dar continuidade ao trabalho de prevenção do câncer de mama. Nesta Casa, a deputada Ana Paula Lima também fez uma ampla divulgação a esse respeito, e as mulheres inclusive vestiram rosa para dar um alerta. Mas a mulher precisa se amar, precisa cuidar-se, precisa fazer o seu exame, deixar um pouquinho o trabalho de lado e marcar a sua consulta.

A presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que está presente aqui hoje, tem dado muito incentivo a esse trabalho de prevenção. E queremos continuar dando incentivo às nossas mulheres, no sentido de fazer o exame periódico de mama e de colo de útero, porque as doenças de câncer de mama e de colo de útero são as que mais matam hoje. Eu tive inclusive uma colega professora, em Matos Costa, onde lecionei por seis anos, a Ana Maria, que ficou com vergonha de dizer aos pais que estava com câncer, e a doença foi avançando de tal maneira que acabou morrendo.

Vamos também nos empenhar, srs. deputados, a respeito de uma lei de minha autoria que prevê que 3% das moradias construídas pelo governo federal sejam destinados aos empregados domésticos.

São pessoas de baixa renda, e estaremos batalhando em prol dessa classe da sociedade que precisa ter seu teto para morar.

Uma coisa que me deixou muito feliz foi saber que o governo do estado irá implantar aula em tempo integral. Isso aí me deixou muito satisfeita, porque eu, como professora, entendo que o lugar de criança é na escola, pois ela tem que estar ocupada. E o tempo integral para as crianças será espetacular, porque os pais ficarão tranquilos, a família ficará tranquila, pois o seu filho, em vez de estar na rua, envolvido com más companhias, estará na escola desenvolvendo conteúdos, aprendendo e preparando-se para o futuro que não é fácil.

Srs. deputados, fiquei sabendo inclusive que já estão ocorrendo vários debates a esse respeito; a secretaria de estado da Educação está debatendo esse assunto, e em breve teremos esses alunos na escola aprendendo, com atividades extras, sendo preparados para o futuro.

Quero dizer ainda que, depois de uma lei de minha autoria, a Marcha para Blumenau acontece todos os anos, sendo que no dia 19 ela será realizada em Florianópolis.

Quero agradecer a v.exas. e dizer que estou à disposição de todo o povo catarinense.

Muito obrigada e que Deus abençoe todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Eu também quero desejar que v.exa. possa ter uma boa estada em nossa companhia nesses dois meses.

Quero cumprimentar também o deputado Jailson Lima, que está permitindo que haja, hoje, cinco mulheres deputadas aqui na Assembleia Legislativa. É a primeira vez na história de Santa Catarina que temos cinco mulheres no Parlamento.

Parabéns a v.exa. e também ao deputado Jailson Lima!

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de mais nada, quero também fazer uma saudação à deputada Professora Odete de Jesus, que reassume uma cadeira nesta Assembleia Legislativa.

Com certeza v.exa., que já deu tantas contribuições em termos de ações e de projetos, dará outras tantas aqui na sua passagem. Seja bem-vinda e queremos dizer que estamos à disposição naquilo que pudermos desenvolver de ações conjuntas neste Parlamento.

Sr. presidente e srs. deputados, gostaríamos de destacar nesta sessão uma luta que temos travado já por diversos anos para a expansão do ensino superior federal e também estadual em Santa Catarina.

Nós participamos por anos e anos, com mandato ou sem mandato, inclusive como prefeito da cidade de Concórdia e agora como deputado, de uma luta para a criação da segunda Universidade Federal de Santa Catarina, que culminou com a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que tem sede e reitoria em Chapecó e possui dois *campi* no Rio Grande do Sul, dois *campi* no Paraná e um *campus* em Santa Catarina.

Essa luta foi vitoriosa e resultou na criação dessa universidade. Mas desde aquela época temo-nos empenhado para que haja a expansão dessa universidade e que nós, em Santa Catarina, possamos ter outros *campi* além da reitoria em Chapecó.

Na segunda-feira fizemos mais um debate num grande encontro em Concórdia que reuniu as lideranças da região do alto Uruguai catarinense e do meio-oeste de Santa Catarina reforçando, mais uma vez, essas ações que estão sendo desenvolvidas para a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Concórdia tem dado passos importantes nesse sentido. Tivemos, nos últimos 90 dias, duas audiências em Brasília, ocasião em que nós nos reunimos com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e na segunda audiência, junto com a ministra, também com os representantes do ministério da Educação. E acreditamos que, somando a força de todos aqueles que sonham pela ampliação do ensino superior, nós poderemos ter novos *campi*. E aí Concórdia tem-se colocado na vanguarda, colocando-se como candidata e apresentando a mobilização necessária para receber um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Agora, por outro lado, o governo do estado também tem uma dívida com a região do meio-oeste de Santa Catarina, pois por diversos anos tem divulgado que a Udesc iria se instalar na região, em Joaçaba, em Caçador e outros municípios, e essa concretização está sendo aguardada.

Tanto isto é verdade que apresentamos uma emenda no Plano Plurianual que tramita nesta Casa para buscar garantir recursos para a expansão também da Udesc, especialmente para o meio-oeste de Santa Catarina, que é um desejo antigo daquela comunidade.

Portanto, nós entendemos que, havendo a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul e também da Udesc, nós poderemos contemplar a região do meio-oeste e do oeste de uma forma merecedora, já que a Universidade Federal de Santa Catarina também se expandiu para Curitibanos, Araranguá e Joinville - e em Blumenau está-se criando um novo núcleo, quem sabe uma terceira Universidade Federal em Santa Catarina. E com isso nós entendemos que passos importantes estão sendo dados na educação pública e gratuita.

Sr. presidente e srs. deputados, falando ainda sobre a educação, gostaria de destacar que o Censo de 2010 trouxe números sobre o acesso à educação, deputado Sargento Amauri Soares, e colocou que o acesso à educação infantil em Santa Catarina, no comparativo com outros es-

tados, está num bom patamar, mas não é parâmetro ainda de nenhum estado brasileiro e não é aquilo que se quer. Para se ter uma ideia, em Santa Catarina, e apesar de estar na ponta desse "ranking", mais da metade das crianças ainda não conseguiu vagas na educação infantil.

Então, é um grande desafio para o país a ampliação das vagas também na educação infantil, e o Censo mostra, mais uma vez, essa necessidade da ampliação. Aliás, temos falado com frequência de questões relacionadas à educação porque julgamos extremamente necessário, agora que se está debatendo o novo plano nacional da educação no Brasil para os próximos dez anos, que se pense nos recursos, nos financiamentos. Há um sonho de que se aplique 10% do PIB na área da educação, e queremos dizer que temos nesta Assembleia Legislativa uma emenda constitucional de nossa autoria propondo a ampliação dos recursos da área de educação em Santa Catarina.

Portanto, se analisarmos dados como esse de que metade das crianças catarinenses ainda não tem acesso à educação infantil, nós vamos perceber claramente como é preciso investir mais recursos para que de fato a educação se torne uma prioridade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, demais pessoas presentes na sessão desta tarde de quarta-feira, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, neste dia de hoje, 16 de novembro, tivemos o início da greve dos policiais civis do estado de Santa Catarina, uma greve que, segundo eles, iniciou hoje e deve-se estender até o dia 18, depois de amanhã, completando o terceiro dia, quando, então, farão uma assembleia para reavaliar o movimento.

Nós queremos expressar a nossa solidariedade aos policiais civis, considerando que as suas reivindicações são justas, assim como entendemos que são justas as reivindicações dos demais servidores da segurança pública.

O fato é que na base do sistema de segurança pública temos o salário igual, inclusive por lei. De forma que consideramos que a política do governo do estado precisa ser no sentido de valorizar o conjunto dos servidores da segurança pública. Não concordamos que haja qualquer discriminação no trato salarial desses servidores, sob o risco de voltarmos a ter problemas de ordem de relacionamento entre os servidores das diversas instituições do sistema de segurança pública.

Nós, policiais e bombeiros militares, estamos rigorosamente na mesma situação, do ponto de vista salarial, com relação aos policiais civis.

Do ponto de vista de carreira, nós estamos atrás, uma vez que até hoje, pelo menos, não tivemos a ocasião oportuna de, num único ato, termos a promoção de 800 servidores numa única oportunidade. Isso foi anunciado para a Polícia Civil há 15 dias, e na Polícia Militar, infelizmente, não existe esse consenso, e seriam necessárias, inclusive, medidas administrativas mais efetivas nessa direção.

Do ponto de vista da carreira, se estamos mais travados, ao longo de alguns anos acabamos ficando para trás também do ponto de vista de salários. O soldado fica 25 anos na mesma graduação na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros. Isso implica dizer que o piso salarial, que é o soldo, permanece esse tempo todo no mesmo patamar. Se ele fosse promovido aos 10 anos, e depois se fosse promovido novamente aos 15 anos e aos 20 anos, também ia tendo um incremento salarial, e não está tendo.

Portanto, é preciso que isso tudo seja analisado pelo governo na hora de propor uma política de salário ou uma política de organização das instituições de segurança no nosso estado.

Nós, da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina - Aprasc -, temos conversado desde a semana passada com os oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, através da sua associação, a Acors, que reúne todos os oficiais militares estaduais do estado de Santa Catarina.

Realizamos uma reunião antes de ontem, na segunda-feira, e faremos outra depois de amanhã, na sexta-feira. Portanto, para nós, srs. deputados, não houve feriadão, porque passamos os dias debatendo, refletindo e organizando as demandas da categoria, intervindo na conjuntura e definindo táticas no estado de Santa Catarina.

A Aprasc voltará a se reunir com a Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina na sexta-feira, como já falamos, e continuará debatendo e aprofundando táticas e entendimentos a respeito das diversas questões que nos envolvem. Essas reuniões têm servido não apenas para estabelecer consenso, deputado Ismael dos Santos, ou discutir aquilo que seja consenso, mas talvez para discutir inicialmente aquilo que seja dissenso e debater as divergências para ver aonde podemos chegar ou até aonde podemos chegar juntos.

E a principal divergência existente entre praças e oficiais no estado de Santa Catarina, e que tem afetado negativamente a segurança pública do nosso estado, tem sido a questão disciplinar ou, mais precisamente, o uso dos regulamentos disciplinares, a nosso ver ultrapassados, para não dizer retrógrados e inconstitucionais, para impedir que os praças debaixo, aqueles que estão lá na base do sistema, possam, inclusive, dizer que o salário está ruim.

Pelos nossos regulamentos, e está lá escrito, somos proibidos, em qualquer momento, e não importa se está de serviço ou se está de folga, se está de férias ou se está aposentado, de falar da nossa vida e do

nosso trabalho. Evidentemente que um regulamento como esse nos prejudica e é dissenso. E o principal dissenso foi o movimento no final de 2008 e as punições decorrentes daquele movimento.

Tivemos centenas de policiais e bombeiros militares punidos, e provavelmente uma centena ou mais perderam o direito à promoção, em virtude da punição que receberam, e tivemos duas dezenas expulsos da Polícia Militar, por reivindicar melhores salários.

Então, a anistia de todos os policiais e bombeiros militares que foram punidos é para nós, da Aprasc, para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, uma questão de honra. Não dá para dar um passo em qualquer unidade, com qualquer segmento da segurança pública, e incluindo com as autoridades da segurança pública, se não se debater a anistia àqueles policiais, porque são todos honrados, trabalhadores, com a ficha repleta de elogios por bons serviços prestados à sociedade. Todos eles num excepcional comportamento, que é o melhor comportamento que um militar pode ter. E foram expulsos porque, numa determinada oportunidade, cansados de esperar a enrolação do governador de então, foi feita uma manifestação que os chefes consideraram que era contra os oficiais e contra a instituição. Essa não era a intenção, mas foi entendido dessa forma e houve, portanto, esse caminho de punições, e algumas mais severas do que a possibilidade permitia, mais severas do que o usual em circunstâncias parecidas pelo Brasil afora e aqui.

Temos leis federais aprovadas anistiando esses policiais aqui em Santa Catarina e em vários estados da federação. Os outros estados cumpriram a lei federal lá no final de 2009, e sancionada no começo de 2010. Aqui em Santa Catarina o ex-governo, e do qual este é uma sequência, entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade, pediu liminar, não ganhou a liminar no Supremo Tribunal Federal, mas não tem cumprido a lei no estado.

Neste ano de 2011, em virtude do movimento e da represália contra os bombeiros militares do Rio de Janeiro, no último mês de junho, o Congresso Nacional aprovou mais uma lei nos mesmos termos anistiando os bombeiros do Rio de Janeiro e policiais e bombeiros de outros estados que não estavam incluídos na primeira lei. Temos duas leis federais de anistia. E aqui em Santa Catarina temos profissionais de excelente qualidade expulsos da corporação por terem reivindicado melhores salários. E o estado democrático de direito deve permanecer neste estado.

Demandamos, portanto, a anistia, e este, para nós, é um ponto de honra, como já disse, sem a qual não conseguiremos dar mais um passo sequer. Demandamos tratamento salarial justo, partindo do pressuposto de que o salário atual do soldado da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros é inadmissível, é o menor piso salarial do estado para nível técnico, para nível médio, srs. deputados. O menor piso é o do soldado e do bombeiro que estão nas

ruas dedicando a vida para defender a sociedade e morrendo para defendê-la. Isso é inadmissível e esse é o pressuposto do qual partimos.

Então, sr. presidente e srs. deputados, além da questão da anistia, que é uma questão de honra, além da questão do salário, que é inadmissível o nível salarial atual dos soldados, é preciso que se faça funcionar a lei de carreira no estado de Santa Catarina, e medidas administrativas apenas impedem. Existem vagas e existem leis, falta apenas a iniciativa administrativa das autoridades para fazer cumprir. Esse é o rumo, e seguiremos em frente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu gostaria, inicialmente, de dar as boas-vindas à deputada Professora Odete de Jesus. Desejo que s.exa. tenha um mandato de sucesso nesse período em que estará nesta Casa.

Gostaríamos, nesta tarde, de apresentar o nosso relatório final do Fórum Permanente de Combate e Prevenção às Drogas. Estaremos colocando à disposição de cada membro deste Parlamento esse trabalho fruto de uma caminhada de seis meses por Santa Catarina, com sete audiências públicas nas diferentes regiões do estado. E estamos colocando aqui um documento colhido, e acolhido, com as diferentes comunidades terapêuticas; os nossos atendentes do CAPS; os nossos funcionários públicos da área da saúde e também da área de segurança - policiais militares e civis -, que deram a sua contribuição; os nossos Conselhos Municipais de Entorpecentes e o nosso Conselho Estadual de Entorpecentes.

Temos, inclusive, em anexo alguns desses documentos devidamente pautados nessa audiência pública, bem como a proposta colhida em cada uma das regiões. Fizemos esse relatório de forma bastante detalhada e também, o que mais interessa e mais importa nesse documento, com a perspectiva de parceira com o governo do estado. Estamos propondo o programa PAC pela Vida, que busca destinar recursos das pastas mais afetadas pelos problemas relacionados ao consumo de entorpecentes, ou seja, da área de segurança, de saúde, de assistência social.

Eu gostaria apenas de compartilhar alguns dos dados que levantamos ao longo desse relatório, que faremos chegar aos srs. deputados e à comunidade catarinense, mas acho interessante ressaltar algumas dessas informações do ponto de vista aritmético.

Segundo as informações que colhemos, em Santa Catarina, teríamos hoje 700 mil dependentes de álcool - um número um tanto quanto chamativo -, 125 mil dependentes de substâncias entorpecentes ilícitas, 50 mil usuários de *crack* no estado e

180 mil estudantes do ensino fundamental e médio que fazem uso esporádico de drogas ilícitas - um dado extremamente preocupante.

Naturalmente que todos esses dados estão nesse casamento perigoso, nesse binômio, drogas/violência. Precisamos aqui ressaltar que havia 15.968 presos na data de encerramento desse relatório, lembrando que 70% dos presidiários fazem uso de drogas ilícitas, e que também temos 6.296 presos além da capacidade dos presídios do estado, isto é, há uma superlotação, para não falar dos dez mil mandados de prisão para cumprir. Há 15 mil presos com dez mil vagas, e precisaríamos de mais dez mil vagas ainda para os mandados de prisão que precisam ser cumpridos.

A secretaria da Segurança Pública compartilha conosco a informação de que houve 2.281 ocorrências envolvendo menores com drogas até o mês de outubro de 2011, só no ano de 2011. Mostra ainda que 14,8% da população fazem uso de droga durante a vida. E este também é um número desastroso, sem contar álcool e tabaco. Ainda 14,9% da população masculina de Santa Catarina são dependentes do álcool e 13,5% dos estudantes do ensino médio e fundamental fizeram uso de drogas durante o mês da pesquisa.

Essa informação vem da Confederação Nacional dos Municípios que fez uma pesquisa em seis municípios do estado de Santa Catarina, para uma população de 6.248.436 catarinenses.

Já tivemos a oportunidade de entregar esse documento oficial ao sr. governador que se dispôs a chamar alguns técnicos das áreas da saúde, assistência social e segurança para que juntos com o Parlamento, em especial com a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, possamos fazer alguns encaminhamentos práticos no sentido do financiamento.

A proposta da Frente Parlamentar, que tenho ressaltado de forma bastante intensa e periódica nesta tribuna, é no sentido de que o governo do estado de Santa Catarina possa, a partir do mês de fevereiro ou no máximo no mês de março de 2012, financiar 1.000 vagas no estado, contemplando cerca de 100 comunidades terapêuticas, numa proposta de até dez financiamentos por comunidade terapêutica. O que daria em torno de R\$ 800 a R\$ 900 a internação ou o financiamento público, por parte do governo, da internação desses dependentes químicos, e aí chegaríamos a R\$ 1 milhão por mês.

Entendemos que isso é possível através de parceria com as secretarias da Saúde, da Segurança ou mesmo com o Fundo Social, deputado Darci de Matos, v.exa. que também faz parte dessa Frente Parlamentar. E daqui a alguns minutinhos estarei entregando também esse documento aos deputados membros da Frente Parlamentar.

Quero agradecer o apoio desta Casa. Agradeço à Presidência o apoio logístico que tivemos nas audiências

públicas. Foi um trabalho exaustivo, mas gratificante, em que pudemos estar em cada comunidade, fazendo uma radiografia do problema das drogas em Santa Catarina, para agora apresentar à comunidade catarinense um documento com 44 páginas, deputado Darci de Matos. Esse relatório com essa colhida de informações e de propostas foi realizado também para que possamos ter de fato um encaminhamento resolutivo e com consequências positivas na reabilitação dos dependentes químicos em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Ismael dos Santos, vamos acompanhar a entrega desse relatório que derivou das inúmeras audiências públicas que v.exa. realizou no interior do estado, certamente com diretrizes, com proposições, com conteúdos importantes para a definição de políticas públicas do estado de Santa Catarina, no sentido de promovermos a prevenção e a recuperação dos dependentes químicos.

Quero parabenizá-lo, porque precisamos fazer uma cruzada nessa verdadeira guerra contra as drogas, que é o grande mal deste século em Santa Catarina, no Brasil e no mundo.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Apenas faço aqui de forma sintética, no minutinho que me resta, essa apresentação à sociedade catarinense de algumas proposições que foram colhidas nas audiências públicas:

A capacitação dos professores da rede estadual para atuarem na prevenção através de orientação, identificação de vulnerabilidade no envolvimento com drogas;

O fortalecimento do Proerd, que é um belíssimo programa - segundo a nossa constatação, mais de um milhão de catarinenses já passaram pelo programa do Proerd -, e neste ano 100 mil estudantes serão formados;

A reestruturação do Conen para que cumpra com excelências as atribuições delegadas pela Lei n. 13.641/2005;

A implementação do Fundo Especial Antidrogas, com aporte dos recursos do Fundo Social como previa o Projeto de Lei n. 0331, destinando a percentagem de 0,2% ao financiamento de campanhas e prevenção às drogas e na reabilitação de dependentes químicos;

A criação de clínicas públicas para a internação compulsória de menores infratores dependentes de substâncias psicoativas;

A criação desse programa Pacto Pela Vida, que estaremos compartilhando com a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, assomo à tribuna na tarde de hoje para falar de dois assuntos. O primeiro está relacionado à região de Balneário Camboriú e o outro ocorre em nível estadual.

Quero, sr. presidente e demais deputados, dividir com v.exas. uma preocupação que há no município de Balneário Camboriú, com relação à saúde pública.

Vejam bem, a nossa região tem de 500 a 600 mil moradores e chegaremos à temporada, no conjunto dos municípios do litoral catarinense, tranquilamente, a mais de um milhão de pessoas na região.

O que me preocupa em Balneário Camboriú, ex-deputado Dagomar Carneiro, que nos visita, é que estamos com apenas um hospital de referência em traumatismo, tanto para urgências como para emergências, que é o Hospital Marieta Konder Bornhausen, que fica no município de Itajaí. E por que isso? Porque o governo de Balneário Camboriú, lamentavelmente, que teve três anos para planejar suas ações, deixou que o Hospital Santa Inês fechasse, hospital este que era uma referência em traumatologia e ortopedia.

Antigamente, deputado Aldo Schneider, a culpa recairia em mim, com certeza, porque era secretário da Saúde do estado. Mas a verdade é que já deixei a pasta da Saúde há três anos e o atual governo municipal teve esse tempo para vocacionar o Hospital Santa Inês, em Balneário Camboriú, que era conveniado com o SUS, a fim de que ele atendesse, quem sabe, somente às urgências e emergências quando fosse aberto o Hospital Ruth Cardoso.

O Hospital Ruth Cardoso abriu suas portas em outubro deste ano, depois de quase três anos do término das obras! É natural que quando esse novo hospital abrisse suas portas houvesse dificuldade de manter os dois com a mesma clientela ou com o mesmo foco de atendimento.

A verdade, sras. deputadas e srs. deputados, é que tiveram três anos para planejar isso, mas nada aconteceu! Assim que o Hospital Ruth Cardoso abriu as portas, foram fechadas as do Hospital Santa Inês.

E agora faço a seguinte pergunta: como vamos fazer durante a temporada que se avizinha com apenas o Hospital Marieta Konder Bornhausen com condições de atender às urgências e emergências, se vamos passar de um milhão de habitantes?

Sr. presidente, estou fazendo nesta Casa esse alerta, pois se ocorrer alguma tragédia em Balneário Camboriú e em toda a região por falta de atendimento médico-hospitalar, a responsabilidade será toda da prefeitura municipal, que não se preparou para a possibilidade de fechamento do Hospital Santa Inês.

Temos atualmente, na região, tão somente o Hospital Marieta Konder

Bornhausen, com 400 leitos, para atender às urgências e emergências. Os demais hospitais não têm condições de atendê-los. Isso tudo à beira da temporada de verão, à beira da BR-101! Preocupame, sr. deputados, a ocorrência de afogamentos. Um paciente afogado vai ter dificuldades de ser atendido em todo o litoral norte de Santa Catarina!

Repito, faço esse alerta no dia 16 de novembro! Alguém que sofra um choque elétrico terá dificuldades de atendimento após o fechamento do Hospital Santa Inês, que ajudava o Hospital Marieta Konder Bornhausen a fazer esse tipo de atendimento principalmente.

Outro assunto que me traz à tribuna, sr. presidente, foi o que li no *Diário Catarinense* de hoje, mais especificamente na coluna *Visor*, a respeito da anistia dos soldados que, em tese, procederam a ato de rebeldia há dois ou três anos.

Fiquei perplexo, colegas, não pelo fato de serem anistiados, uma vez que eles merecem e já tive, inclusive, oportunidade de expressar a minha opinião publicamente ao deputado Sargento Amauri Soares, porque acho que um pai de família, que se dedicou durante 30 anos à Polícia Militar, não pode ser punido tão severamente com a expulsão, mesmo porque ele não sabe fazer mais nada.

Então, sou favorável à anistia, já deixei isso bem claro. E se vier para esta Casa um projeto de lei nesse sentido, terá o meu voto favorável.

Mas fiquei perplexo, srs. deputados, porque vi esse movimento sendo usado como moeda de troca para salário da Polícia Militar.

Isso eu não consigo entender, srs. deputados, sras. deputadas. Se há pouco não poderia haver a anistia, pois era quebra de hierarquia, amotinamento, por que agora pode? Agora dizem: "Vamos ver, vamos estudar." Então, são essas coisas que não consigo entender.

Então, os oficiais da Polícia Militar terão, sim, o meu apoio na discussão transparente de um aumento salarial, porque merecem, sim, uma melhor remuneração. Eles terão o meu apoio na discussão, mas de forma transparente. Agora, não vou aceitar que se use isso como moeda de troca em negociações desse tipo. É quebra de hierarquia ou não é quebra de hierarquia? Podem ou não podem ser anistiados?

Quantas vezes conversei com o deputado Sargento Amauri Soares sobre a necessidade de trazer para cá a discussão e anistiar aquele soldado! E de uma hora para outra vale, sim. Como querem aumento, então, vão botar isso como moeda de troca.

Deputado Sargento Amauri Soares, não aceito isso, voto na anistia porque acredito que as pessoas têm que ser perdoadas. E vou participar de uma discussão de aumento de salário dos oficiais da Polícia Militar, porque acredito que têm que ser mais bem remunerados. Agora, tentar me dizer que até a semana passada não valia e hoje vale, não é certo. Confesso que não sei mais o que é legal e o que é ilegal.

Então, quero deixar bem clara a minha posição. Sou favorável, e essa luta é sua, deputado Sargento Amauri Soares. Algumas vezes, conversamos sobre isso. V.Exa. sabe que, se vier para esta Casa um projeto para anistiar aqueles soldados que em tese cometeram um ato de indisciplina, terá o meu apoio.

Se houver nesta Casa um projeto de lei visando a aumentar o salário dos oficiais da Polícia Militar e dos soldados, eles terão o meu apoio, pelo que vale, pelo que representa para a sociedade um bom profissional na Segurança Pública. Agora, não vou aceitar que se use um movimento desses como moeda de troca numa negociação salarial.

Acho que esta Casa precisa ter, pelo menos, respeito por parte do oficialato, e nesse sentido a nossa posição com certeza vai ser essa. Acredito, sim, que possamos remunerar melhor porque merecem, mas também acredito que possam ser anistiados, porque têm que ser perdoados.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. Deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, concluímos há poucos instantes a oitiva que a CPI do Senado Federal, que debate a questão do Ecad, fez nesta Casa. E trouxemos o presidente da CPI do Senado, senador Randolfe, do PSOL do Amapá, que está fazendo um grande trabalho nessas oitivas pelo Brasil inteiro.

Tivemos a alegria de trazer o senador, porque apenas quatro outros municípios, além do Distrito Federal, tiveram a oportunidade de fazer esse debate sobre direitos autorais.

Tem havido queixas sobre a atuação do Ecad tanto por parte dos autores quanto por parte de pessoas que têm eventos, e hoje ficou muito destacada para nós a necessidade que existe, por um lado, de reafirmarmos a primazia do direito autoral.

É importante que o Brasil reconheça no autor a mola propulsora do desenvolvimento da cultura e, portanto, que possamos criar mecanismos de proteção, o que inclui a própria sobrevivência econômica do autor. Por outro lado, também se precisa investir com mais transparência na distribuição desses recursos que cabe ao Ecad arrecadar e administrar, também contribuindo para a democratização do acesso à cultura, que no Brasil, ainda, é coisa de quando sobra dinheiro.

A cultura, neste país, ainda é muito pouco difundida, apesar da nossa extraordinária produção cultural, da imensa diversidade existente no Brasil, que faz com que as diversas regiões do país tenham expressões culturais bem diferentes entre si.

Hoje estivemos debatendo sobre a questão dos direitos autorais e chegamos a alguns consensos muito importantes. O primeiro deles é quanto ao fato de que precisamos ampliar o diálogo nessa discussão da cultura que envolve os direitos autorais.

É preciso que o Brasil rediscuta os direitos autorais. Hoje, para quem não conhece nada do tema, apenas as obras cujo autor é falecido há mais de 70 anos é que são de domínio público. E possibilitamos, no bojo dessa discussão sobre direitos autorais, que mais autores tenham acesso à distribuição dos recursos angariados pelo Ecad de um lado e de outro que seja também mais facilitado o acesso à cultura.

A CPI do Senado Federal que hoje fez uma oitiva em Florianópolis, na Assembleia Legislativa, também trouxe a pauta de criarmos critérios mais transparentes de como o Ecad faz a sua avaliação, como distribui esses recursos que arrecada. E uma das avaliações que fizemos, que para mim era novidade, é que, além do arcabouço jurídico que criou o Ecad, previa também a formação no Conselho Nacional do Direito Autoral. A este conselho é que caberia analisar todas essas questões, numa forma de controle social na sociedade civil, podendo debater o assunto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputada Angela Albino, parabéns! Não pude participar dessa audiência do Senado, mas sei que precisamos debater esse tema.

Os autores e os compositores estão reclamando do Ecad, os promotores de eventos estão reclamando do Ecad, pois não sabem onde são aplicados os recursos. É uma verdadeira caixa preta!

V.Exa. tem razão em levantar o tema e nós de Santa Catarina temos que dar a nossa contribuição para o Senado, no sentido de podermos abrir essa caixa preta e verificarmos onde estão sendo aplicados esses vultosos recursos arrecadados.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, deputado.

Quero aproveitar para fazer de público o agradecimento ao senador Randolfe Rodrigues e a toda sua equipe por terem vindo aqui, inclusive com a TV Senado, para cobrir o nosso evento que lotou o plenarinho da Assembleia Legislativa, o que certamente deu uma grande contribuição para a solução dessa questão que envolve a própria produção cultural em Santa Catarina.

Sr. presidente, para finalizar, quero registrar a presença, nesta Casa, das meninas da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros, que cumpre um grande papel na defesa e na luta, principalmente, das mulheres negras.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, esta Casa conseguiu uma vitória. E quero aproveitar a oportunidade para estender os méritos dessa vitória àqueles que se envolveram na luta para que a praça de pedágio fosse transferida para a divisa dos municípios de Palhoça e Paulo Lopes.

Primeiramente, quero agradecer o envolvimento da ministra Ideli Salvatti, que foi de uma importância vital para que essa transferência acontecesse. Há três anos e oito meses, ou seja, no dia 26 de fevereiro de 2008, fui o primeiro deputado a assomar à tribuna para levantar essa questão. E a praça de pedágio não tinha sido instalada ainda.

Foi colocada uma praça de pedágio dentro do perímetro urbano praticamente no município de Palhoça, deputado Joares Ponticelli, e a população que mora naquele município teria que pagar pedágio para se deslocar para as praias da Pinheira e da Guarda. Então, não haveria sentido aquela praça de pedágio.

Naquele momento também, sr. presidente, entramos com um requerimento no DNIT para que a praça de pedágio não fosse instalada naquele local que está instalada hoje. Como não fomos atendidos, constituímos uma comissão nesta Casa, e a prefeitura de Palhoça resolveu buscar alternativa. E qual seria essa alternativa? Seria cadastrar os veículos emplacados em Palhoça, para que não pagassem pedágio.

Continuamos com a nossa luta e a solução melhor, mais definida, mais clara, a nosso ver, seria a transferência da praça de pedágio para a divisa dos dois municípios.

O deputado Cesar Souza Júnior, da mesma forma, sr. presidente, além de se manifestar, fez um projeto de lei para que a praça de pedágio não fosse colocada no local em que se encontra hoje, além de demandar judicialmente contra o DNIT a respeito da construção da praça de pedágio.

Essa é uma vitória desta Casa, é uma vitória de todos aqueles que se envolveram para que a praça de pedágio fosse transferida para a divisa dos dois municípios.

Isso é muito importante porque não há sentido uma população enorme como a de Palhoça, um dos municípios mais importantes de Santa Catarina, tenha que pagar pedágio para circular praticamente dentro do município.

Então, essa é uma luta que quero trazer ao conhecimento de v.exas. e dedicar a todos que se envolveram, como deputados, vereadores, prefeitos, nessa transferência da praça de pedágio. E aproveitando a oportunidade, quero agradecer novamente à ministra Ideli Salvatti pelo empenho pessoal e político no sentido de tornar realidade esse pleito que não é somente do município de Palhoça, mas da região da Grande Florianópolis.

Sr. presidente, a Assembleia, semana passada, na quarta-feira e na quinta-feira, promoveu o evento O Futuro da Água

no Mercosul. Provavelmente um dos eventos mais importantes que esta Casa teve a honra de organizar, de patrocinar, juntamente com a Universidade Federal de Santa Catarina, com a Furb, de Blumenau, na pessoa do professor dr. Luiz Fernando Scheibe, na organização da professora Maria de Fátima Wolkmer, com a presença de profissionais, políticos, estudiosos, geólogos e ambientalistas do mundo inteiro.

Eu fiquei muito impressionado também quanto ao destaque que a mídia deu para esse evento que trouxemos para cá, deputado Joares Ponticelli! Uma conferencista deslocou-se do Canadá, dra. Maude Barlow, autora de *Água, o Ouro Azul*, uma ambientalista reconhecida no mundo inteiro, para Santa Catarina, para falar sobre a importância da água em nosso estado e no mundo.

Havia conferencistas do Paraguai, do Uruguai, do Chile, de Portugal, da Espanha, os quais debateram com os professores da Universidade Federal. Estava presente nesse evento também o deputado Neodi Saretta, como presidente da comissão do Meio Ambiente e Turismo. Mas os jornais de Santa Catarina, as próprias televisões, não deram uma nota sobre esse fato!

Quem sou eu para estabelecer a pauta da mídia de Santa Catarina?! Muito pelo contrário, pois não conheço muito jornal nem televisão. Mas no mesmo dia as vaquinhas pintadas que foram espalhadas pela capital de Santa Catarina foram noticiadas.

É importante a questão cultural. Acho válidas essas vaquinhas globalizadas, nas quais são colocados um pouco do desenho e da pintura de nossos artistas locais. Mas será que as vaquinhas que tomaram, pelo menos num programa de televisão que eu vi, quase cinco, sete, oito minutos de um programa de televisão são mais importantes que o futuro da água em Santa Catarina, no Mercosul, com a presença de todas essas figuras importantes? Não, não é.

O Aquífero Guarani nasce em Urubici. Todo o processo de recarga diz respeito à nascente do rio Pelotas, do rio Canoas! E aí procurei até com uma lente pequena se havia alguma menção em nossos jornais sobre um evento dessa natureza que provavelmente, se fosse feito em outro estado, seria notícia nacional. Mas não havia nada, deputado Joares Ponticelli!

Lamento muito esse fato, porque num momento em que são trabalhadas tantas coisas negativas, que esta Casa precisa passar por revisão, que o Poder Legislativo precisa de uma maneira geral rever as suas funções, as suas condutas, será que a mídia também não tem que fazer uma autocrítica sobre aquilo que leva ao conhecimento da população?! O que é importante e o que não é para a população de Santa Catarina?

Assim sendo, sr. presidente, não quero aqui pautar, muito pelo contrário, vou reafirmar. Quem sou eu para pautar pauta de jornal? Agora, não é possível que um evento dessa natureza, de caráter internacional, não tenha sido divulgado. Não estou querendo

cobertura comprida, não! Mas não foi nada divulgado, exatamente nada, na mídia de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Edison Andrino, infelizmente, não pude participar do evento, mas na quarta-feira, quando cheguei de Tubarão, pude observar v.exa. recebendo uma boa parte dos conferencistas no restaurante da Assembleia. V.Exa. não os levou para outro local porque era a nossa Casa que estava promovendo o evento.

Eu tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas e fiquei impressionado com a qualidade técnica dos participantes. Eu confesso a v.exa. que também fiquei surpreso em ver que não houve repercussão. Apenas quem estava participando pode testemunhar o nível de conhecimento que essas pessoas têm sobre uma temática que o mundo está discutindo, que é a questão das águas. Isso preocupa o mundo, a geração futura!

Lamento que não tenha tido a repercussão que esperava, mas quero cumprimentá-lo pela iniciativa. V.Exa. demonstra, mais uma vez, através dessa ação, o quão responsável é o seu mandato, a sua preocupação com as gerações futuras, e essa questão das águas tem que estar permanentemente em debate.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a v.exa. o aparte.

Volto a reafirmar que esse evento não recebeu a divulgação merecida da mídia! Zero! Esse que é o problema!

Mas estiveram presentes nesta Casa, deputado Mauro de Nadal, um geólogo que é o responsável pelo abastecimento de Luxemburgo, que é toda abastecida através de aquíferos; figuras de destaque discutindo a questão do problema do oeste de Santa Catarina, da poluição do aquífero através do dejetos suíno, buscando alternativas; os melhores profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina; vários vereadores, prefeitos; técnicos da Casan, de entidades ambientalistas; estudantes e setor acadêmico de outras universidades. Espero que a população de Santa Catarina tenha tomado conhecimento. Felizmente, ela pode tomar conhecimento desse evento através da TVAL.

Então, sr. presidente, quero lamentar que tenha ocorrido isso e dizer que a mídia também às vezes tem que pensar um pouco se é apenas o negativo que interessa. Seria bom que ela colocasse também ao conhecimento da população os fatores positivos que esta Casa e outras instituições promovem em Santa Catarina e no Brasil.

Quero agradecer à UFSC, através do professor Luiz Fernando Scheibe, da professora Maria de Fátima Wolkmer; cumprimento todos aqueles que se envolveram nesse evento importante para Santa Catarina e para o Brasil e faço um

agradecimento especial ao presidente, deputado Gelson Merisio, que não mediu esforços no sentido de a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina organizar e patrocinar esse evento em parceria com essas instituições.

Quero que v.exa., sr. presidente, leve ao conhecimento da senadora Ideli Salvatti o reconhecimento e a gratidão desta Casa por ter atendido a uma luta da Assembleia Legislativa, para que a praça de pedágio fosse transferida para a divisa do município de Palhoça com o município de Paulo Lopes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito à assessoria que tome as providências de encaminhamento do pedido do deputado Edison Andrino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio AleSC Digital, pretendo falar rapidamente sobre três assuntos.

O primeiro diz respeito a um ato de fundamental importância que foi praticado pela presidente da República, Dilma Rousseff, no dia 10 deste mês, ato em que ela sancionou a lei que amplia ou que moderniza o Simples Nacional, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que faz parte do fórum.

Essa atitude da presidente Dilma Rousseff é de fundamental importância, sr. presidente, porque promove o reenquadramento das empresas. Ou seja, às empresas que tinham um faturamento de R\$ 2,4 milhões, o teto está sendo elevado para R\$ 3,6 milhões. Ao empreendedor individual que faturava R\$ 36 mil, o teto está sendo elevado para R\$ 60 mil. E às microempresas que faturavam R\$ 240 mil para R\$ 360 mil.

Portanto, sr. presidente, com a sanção dessa lei que foi debatida, que foi articulada há muitos anos no Brasil, 300 mil microempresários e empreendedores individuais do país permanecerão no Simples.

Ora, as microempresas representam hoje para a economia do Brasil 60% dos postos de trabalho e em torno de 20 a 22% do PIB do nosso país.

Portanto, temos o dever, a necessidade de fazermos leis que possam prestigiar esse segmento tão importante da nossa economia.

Sr. presidente, debatemos esse assunto no Fórum das Pequenas e Microempresas que foi realizado há poucos dias em Lages, e a grande bandeira desse momento das pequenas e microempresas do Brasil é exatamente a luta por uma legislação trabalhista diferenciada, voltada para a pequena microempresa. Por quê? Porque a nossa legislação trabalhista do estado novo é atrasada, é arcaica, é onerosa. Por exemplo, vale para a empresa

que tem dez mil trabalhadores e vale para microempresa que tem dois trabalhadores.

Queremos que o governo, que o Congresso Nacional elabore uma legislação específica para a pequena e para a microempresa. Ou seja, precisamos que essa legislação dirigida para a pequena e para a microempresa possa flexibilizar a relação patrão/trabalhador, possa desonerar a produção e, sobretudo, colocar mais dinheiro no bolso do trabalhador e menos dinheiro no caixa do governo.

Sr. presidente, desejo também, rapidamente, falar, enaltecer e apoiar a decisão da comissão do Senado que aprovou, há poucos dias, a Lei Seca, uma lei mais rigorosa, uma lei que considera crime o fato de o motorista dirigir o carro embriagado, mesmo sem provocar acidente, lesão corporal ou óbito.

Deputado Dirceu Dresch, nesse feriado houve 15 acidentes fatais em Santa Catarina. No ano passado, deputado Silvio Dreveck, no Brasil, houve 40 mil mortes que derivaram de acidentes de trânsito, 140 mil internações onerando os hospitais públicos e o Cofre do governo. Portanto, entendemos que essa realidade absurda não pode continuar.

Se formos analisar, sr. presidente, outros países como a Espanha, por exemplo, veremos que ela somente conseguiu reduzir os seus índices de acidentes fatais atacando os dois vícios principais, ou seja, o álcool no trânsito e o excesso de velocidade.

Então, temos exemplos no mundo, e a decisão do Senado federal, e que esperamos que possa ser ratificada pelo Congresso Nacional, pelo Pleno do Senado, é importante porque assim vamos salvar vidas, trazer economia para o país e evitar esse verdadeiro genocídio que acontece no Brasil.

Vejamos alguns dados:

(Passa a ler.)

“Em todo Brasil, no ano passado, os gastos com internações de vítimas de acidentes de trânsito foram de R\$ 187 milhões. Com esse valor, seria possível construir e manter 130 postos de saúde funcionando 24 horas.”

Ora, entendemos que essa lei se reverte da maior importância para o Brasil, pois 1% do PIB é consumido com acidentes fatais e internações que derivam de acidentes de trânsito no nosso país.

Nos últimos nove anos, sr. presidente, as estatísticas demonstram que houve um aumento assustador, absurdo, de 24% no número de acidentes de trânsito no nosso país.

Portanto, a nossa posição é no sentido de apoiar a Lei Seca e no sentido de que o governo, através das Polícias Rodoviárias Federais e Estaduais, endureça a fiscalização porque, sem dúvida alguma, o álcool no trânsito e o excesso de velocidade são os motivos, demonstrados pelas estatísticas, que levam a realidade de um verdadeiro genocídio no nosso país.

Queremos também, sr. presidente, fazer menção ao assunto que a deputada Angela Albino levantou há poucos instantes,

a respeito do Ecad. Deputado Nilson Gonçalves, v.exa., que trabalha em televisão e rádio, sabe muito melhor do que nós a respeito desse assunto. O Ecad é uma caixa preta!

O deputado Ismael dos Santos há poucos instantes relatou-me que em Criciúma foi realizado um evento social e que não puderam veicular a vinheta divulgando o evento porque o Ecad queria cobrar R\$ 15 mil da entidade não governamental sem fins lucrativos.

O deputado José Nei Ascari também me relatou há poucos instantes que em Criciúma uma academia, que coloca música ambiente para que fique mais leve, para que os usuários possam praticar os seus exercícios, foi multada em R\$ 20 mil.

Ora, a deputada Angela Albino afirmou há pouco, e é uma pena que ela não esteja agora presente no plenário, que o Hemosc, deputado Nilson Gonçalves, que coloca uma musiquinha para tornar o ambiente mais agradável quando as pessoas vão doar sangue voluntariamente, recebeu uma multa do Ecad. Deputado Dirceu Dresch, isso é um absurdo, uma afronta e uma vergonha!

Esses dias, conversando com o Alexandre, da dupla Ataíde & Alexandre, um dos maiores compositores da música sertaneja do Brasil, e da nossa época, deputado Nilson Gonçalves, ele me disse que não compõe mais porque não rende, uma vez que o Ecad leva todo o seu dinheiro. Disse-me que se for conversar com os promotores de eventos, como o Sindicato dos Bares e Restaurantes de Joinville, saberei que eles reclamam, dizendo que é um absurdo o que o Ecad cobra das promoções que são realizadas em Joinville, no estado e no Brasil.

Então, a deputada Angela Albino tem razão. Essa é uma situação que preocupa todos nós. O Senado abriu uma CPI, e o Parlamento catarinense tem que dar suporte, informações e a sua contribuição para que se possa abrir a caixa preta do Ecad, porque essa instituição - e afirmo isso aqui com absoluta convicção - tem um único objetivo: sangrar os promotores de eventos no nosso país, sangrar a economia e beneficiar uma meia dúzia de diretores que estão enclausurados nessa instituição. E isso não traz nenhuma contribuição para o desenvolvimento do nosso país e, muito menos, para a nossa cultura, para a nossa música e para a nossa história.

Portanto, a deputada Angela Albino tem o nosso apoio, tem a nossa simpatia e terá o nosso trabalho para dar apoio a essa CPI que está em andamento no Senado federal.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. depu-

tadas, ouvintes que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital e telespectadores da TVAL, nós, no dia de hoje, queremos fazer um breve comentário sobre a questão salarial do funcionalismo público. E depois vamos comentar um pouco sobre a economia brasileira e mundial.

Primeiro, vamos falar sobre a situação do funcionalismo público catarinense, deputada Angela Albino, pois algumas categorias estão com o salário defasado há muito tempo.

Eu ocupei esta tribuna, deputado Darci de Matos, por vários e vários momentos cobrando do estado uma política salarial para o conjunto dos trabalhadores catarinenses, porque se estava negociando até aí por pressão de alguns setores que faziam greve ou mobilização, ou negociava-se por caixinha, por categoria de trabalhadores do funcionalismo público. Isso não é possível! Cada categoria de trabalhador, por exemplo, na área da fazenda, da saúde, da educação e da segurança, tem uma política salarial específica e tudo é muito complexo. E pensar uma estratégia única de política salarial também é uma questão difícil.

Agora, o que criamos no estado, nesses últimos anos, foi uma disparidade absurda. Vejam que um trabalhador que está lá na ponta - e cito, por exemplo, um policial, um professor, um médico e um enfermeiro que corre risco todos os dias, que tem problemas e dificuldades - pode ganhar, digamos, R\$ 1.000,00 e o outro pode ganhar R\$ 24.000,00 ou R\$ 25.000,00 de salário por mês.

Então, foi essa distorção que trouxe para o funcionalismo público de Santa Catarina uma insatisfação, uma baixa estima, um conjunto de disputas e de problemas todos esses anos.

Portanto, está correta a perspectiva que eu sempre falava e discutia na nossa bancada de construir, deputado Silvio Dreveck, uma política salarial para o conjunto da categoria.

Agora, eu quero ver resolver essa disparidade e essa distorção que há entre esse conjunto de trabalhadores catarinenses.

Hoje, inclusive, acompanhando a repercussão sobre essa discussão no estado, lembramos que alguns discutem em seus escritórios com ar-condicionado, ao passo que outros ficam expostos ao sol e à chuva, correndo risco de vida, mas a disparidade salarial é muito grande.

Então, é preciso pensar numa perspectiva de futuro, no sentido de fazer justiça com os trabalhadores do serviço público catarinense, inclusive com relação ao vale alimentação, cujo valor atualmente é ridículo, é uma vergonha.

Sr. presidente, quero refletir um pouco sobre a economia mundial, pois os países e até os continentes estão em crise, há recessão, há desemprego, há desesperança.

Por quê? Porque, infelizmente, o Fundo Monetário Internacional continua com a mesma receita espúria. Os neoliberais, que sempre defenderam o estado mínimo, a privatização, a terceirização, não encontram

arrego na doutrina do FMI, cujas exigências para a concessão de empréstimos aos países em crise são as mesmas que um dia fizeram ao Brasil. E quais são essas exigências? Se um país entra em crise, tem que conter os gastos, tem que reduzir os investimentos. Enquanto isso, sua população vai sendo premida pelas dificuldades.

Srs. deputados, a situação do Brasil hoje é inversa. E vou socorrer-me de alguns dados para mostrar, para justificar o que estou falando acerca deste novo país, que se rege por uma nova doutrina que defende o fortalecimento do estado e da política pública, ou seja, o estado intervindo no processo de desenvolvimento nacional.

Isso vem dando certo e o presidente metalúrgico, Lula, e a nossa atual presidente Dilma Rousseff estão sendo chamados mundo afora para discutir o que há de diferente no Brasil, uma vez que estamos atravessando a turbulência internacional com crescimento positivo.

A principal questão é continuar investindo em políticas sociais e em oportunidades para o nosso povo. E agora vou citar o exemplo da educação, pois em 2005 havia 95.608 estudantes universitários bolsistas; em 2011 estamos com quase um milhão de beneficiados pelo ProUni! Por que isso é importante? Para que a nossa juventude possa preparar-se para os desafios que o crescimento do Brasil vai apresentar no futuro.

Outra área importante é a de saneamento, na qual o investimento tem sido muito grande. Os municípios com menos de 50 mil habitantes receberão R\$ 5 bilhões para investimento em saneamento básico, no âmbito do PAC 2! São 4.855 municípios, ou seja, 32% da população brasileira, que poderão inscrever projetos. Para a primeira etapa foram destinados R\$ 3,2 bilhões, com dez mil projetos inscritos.

Há que se ressaltar também o Plano Nacional de Banda Larga, que através da Lei n. 12.431, de 2011, desonerou do PIS/Pasep e Cofins a receita bruta da venda a varejo de *modems*, permitindo a expansão do acesso à internet a um baixo custo, e isentou do IPI os bens de informática com tecnologia nacional, favorecendo o desenvolvimento e a produção desses bens.

Além disso, no programa Minha Casa, Minha Vida foram contratadas R\$ 19,1 bilhões em obras de urbanização de assentamentos precários, das quais 83% estão em andamento.

Há também com o reaquecimento da indústria naval, que aumentou em 30 vezes o número de trabalhadores empregados diretamente no setor, que saltou de 1,9 mil, em 2000, para 56 mil, em 2010.

O setor ferroviário também está recebendo grandes investimentos. São R\$ 3,5 bilhões, ou seja, 3.500km em obras na Norte-Sul, na nova Transnordestina e em outras ferrovias que estão sendo construídas.

Além disso, houve um avanço no Brasil das desigualdades sociais. Ou seja, mais de 20 milhões de brasileiros saíram abaixo da linha da pobreza. É claro que

temos ainda 16 milhões de brasileiros que precisam melhorar a sua condição de vida, e são 8.5% da população.

Com certeza, nesse caminho, nos próximos anos, o Brasil vai tirar da miséria todos os brasileiros que merecem ter uma vida de qualidade.

Cito também programas sociais, como o Bolsa Família e outros programas, que estão sendo articulados entre os vários ministérios, e sob a responsabilidade do ministério do Desenvolvimento Social: Fazenda, Casa Civil, Desenvolvimento Agrário, Saúde, Educação, Integração Nacional, Cidades, Trabalho e Emprego e secretaria-geral da Presidência.

Por último, quero dizer que temos outros importantes investimentos no Brasil, sendo que no PAC 2 há a previsão - e já estão sendo investidos -, de 2011 a 2014, de serem investidos em torno de R\$ 955 bilhões no nosso país. Os investimentos públicos do Brasil passaram de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,27% em 2010.

Então, essas são as grandes diferenças do Brasil para outros países, sendo que o nosso país continuando investindo e gerando emprego e renda. O estado, como interventor na economia, vem dando essa condição positiva da melhoria do salário e de aumento dos investimentos no PAC, na educação e em outras políticas para, justamente, aquecer a economia e não deixar que crise nos atinja.

Por isso, queremos reafirmar que, nessa política estratégica de desenvolvimento que o presidente Lula assumiu no Brasil, a presidente Dilma Rousseff vem dando continuidade e trazendo este novo momento em que o mundo acaba voltando os seus olhos para o nosso país, nessa perspectiva de investimentos, desenvolvimento, geração de emprego, melhoria na condição de vida e distribuição de renda, e isso é importante.

Então, estamos nessa grande perspectiva de, justamente, mostrar para o mundo e também para o FMI que é possível fazer a economia crescer num momento de crise, com investimentos e com políticas públicas. Felizmente, o Brasil não perdeu os seus grandes instrumentos de investimento nesse momento, que são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras, que vem fazendo essa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas, os catarinenses que nos assistem através da TV Assembleia e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Queremos saudar o nosso querido companheiro e amigo Xande Di Domênico, de Campos Novos, nosso pré-candidato a

prefeito, que vi conversando agora há pouco com o deputado Romildo Titon e já fiquei adivinhado! Gostei de ver que conversavam, até porque sei que o deputado Romildo Titon admira-o pessoalmente.

E a recíproca é verdadeira, deputado. V.Exa. também sabe que tem do Xande Di Domênico, do Paco, do Mancha, o vereador do nosso time, muito respeito pessoal. E tenho conversado sempre com eles.

Deputado Silvio Dreveck, estive há poucos dias num grande evento partidário que o Xande promoveu, e antes de entrar na cidade que ele lidera com muita competência, tomei o cuidado de telefonar para o querido amigo deputado Romildo Titon. E fiz questão de fazer isso na frente dos meus companheiros para reafirmar, deputado Romildo Titon, a amizade, o carinho e o respeito que aprendi a ter por v.exa. ao longo desses 13 anos em que estamos aqui juntos.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Vou apenas interromper um pouco para contar algo que v.exa. vai gostar.

Na sexta-feira, quando da inauguração do asfalto de Abdon Batista a Campos Novos, uma rodovia que passa à beira de um lago, no segundo maior parque ecológico, coincidentemente uma luta de longos anos, comentei que era uma data histórica: 11/11/2011. E o Alexandre gostou muito quando citei essa data.

Faço essa colocação somente para lembrar e quero cumprimentar também o Alexandre, que é um grande amigo nosso.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Romildo Titon.

Na condição de presidente estadual do partido, deputados Silvio Dreveck e Valmir Comin, ocupo a tribuna no horário do PP, na tarde de hoje, para falar um pouco da coincidência da data, na última sexta-feira, dia 11/11/2011, e dos vários eventos que o partido desencadeou em todo o estado.

Ficamos muito satisfeitos com o resultado da mobilização que o diretório nacional promoveu em todo o país. Fizemos milhares de filiações em todo o Brasil. Somente no estado da Bahia, deputado Neodi Saretta, onde o partido havia perdido um pouco o número de filiados, foram computadas, até a última sexta-feira, 35 mil novas filiações. Ultrapassamos a marca de 1,4 milhão de filiados no Brasil, aproximando-nos do segundo colocado, o Partido dos Trabalhadores, deputado Dirceu Dresch, que está com um pouco mais de 1,5 milhão de filiados.

No estado de Santa Catarina superamos a marca dos 140 mil filiados, mesmo depois de oito anos na Oposição, com todas as dificuldades que isso gera. E o partido continua crescendo. Filiamos inúmeras pessoas no município de Tubarão, onde, inclusive, alcançamos de novo o título de partido com maior número de filiações.

Somos no município o partido com maior número de filiados, assim como em diversas outras cidades.

Assim, queremos agradecer a todos os nossos companheiros, aos dirigentes partidários, às lideranças do nosso partido, que compreenderam o encaminhamento que fez o diretório nacional, que respaldou o diretório estadual.

Marcamos no dia 11/11/2011 mais de uma centena de eventos, desde encontros macrorregionais, passando por eventos municipais, campanhas de filiação, panfletagem, campanha de doação de sangue realizada pelo segmento da mulher progressista em muitos municípios. Atendendo até, deputado Silvio Dreveck, a essa busca constante do Hemosc por novas doações de sangue, a mulher progressista entendeu essa necessidade e, em diversos municípios, foram feitas campanhas de doação o dia todo. E não irá ficar somente no dia 11, mas continuarão a fazer campanhas de arrecadação de brinquedos para distribuição às crianças carentes neste Natal.

Enfim, o partido fez uma grande mobilização em todo o estado e encerrando essa semana de atividades, deputado Valmir Comin, houve um grande evento na região da Amurel, no município de Santa Rosa de Lima, onde o nosso prefeito Celso Heidemann, que é o presidente microrregional, realizou, deputado Silvio Dreveck, um encontro para o qual, inicialmente, prevíamos a presença de 100 lideranças de toda a região, porque fizemos uma apresentação dos pré-candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores, mas na verdade compareceram 192 lideranças, 192 pré-candidatos.

Lá estiveram conosco o querido amigo deputado Valmir Comin, o secretário nacional Leodegar Tiscoski, a Beth Tiscoski, que é a presidente da Ação Mulher Progressista, o deputado Esperidião Amin, a ex-deputada Angela Amin, o deputado federal João Pizzolatti, enfim, lideranças do nosso partido, que deram uma grande demonstração de força que o partido tem principalmente na região da Amurel.

Com isso, temos uma expectativa muito grande de ter, na eleição de 2012, números idênticos aos que tivemos em 2004, quando de 17 municípios conseguimos eleger dez prefeitos. Estamos num processo muito semelhante àquele de 2004, o que nos deixa muito satisfeito com este momento que vive o nosso partido em todo o estado.

Quero também aproveitar este espaço, deputado Padre Pedro Baldissera, para agradecer ao presidente Gelson Merisio pela oportunidade que tive ontem de representar s.exa., de representar toda a Casa na posse do novo arcebispo metropolitano de Florianópolis, dom Wilson Tadeu Jönck, ele que era, até quinta-feira, bispo de Tubarão, deputado Padre Pedro Baldissera. Inclusive, para a nossa diocese foi um misto de alegria e de tristeza, deputado Neodi Saretta. Alegria por ver o nosso bispo ascender na carreira eclesiástica, deputado Padre Pedro Baldissera, ele que tem muita juventude

ainda, tem apenas 60 anos, tem uma grande liderança e percebemos um grande respeito da cúpula de Roma.

Portanto, uma perspectiva de vermos ainda dom Wilson Tadeu Jönck ascendendo na carreira, mas para nós, em Tubarão, foi uma perda. Não há como negar porque ele estava há pouco menos de um ano e meio comandando a nossa diocese e já havia conseguido imprimir a sua marca, a sua liderança muito forte. Ele, que é um grande líder, é filho da cidade de Vidal Ramos, deputado Aldo Schneider, lá do nosso alto vale de Itajaí, fará no comando da arquidiocese de Florianópolis um grande trabalho, não tenho nenhuma dúvida.

A cerimônia, ontem, deputado Padre Pedro Baldissera, foi extremamente concorrida e foi prestigiada pelo Nuncio Apostólico, dom Lorenzo Baldisseri, que tem uma semelhança com o sobrenome de v.exa., com a presença de bispos de todo o Brasil. Enfim, foi um momento importante que viveu a nossa Igreja Católica no dia de ontem. E há pouco foi escolhido o novo administrador da diocese de Tubarão, que é o nosso querido amigo padre Sérgio Jeremias de Souza, que foi vice-postulador da causa da beatificação de Albertina Berkenbrock.

Eu espero que brevemente possamos ter um novo bispo nomeado para a diocese de Tubarão e que possa o novo bispo fazer um trabalho tão bom quanto fez o novo arcebispo de Florianópolis, dom Wilson Tadeu Jönck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o meu líder, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Joares Ponticelli, mas apenas quero colaborar com o seu brilhante discurso.

O dia 11/11/2011 é uma data histórica no planeta, pois somente daqui a mil anos teremos outra oportunidade dessas. Além disso, para nós, do Partido Progressista, é mais marcante até em função do que estimulou a nossa agremiação a aumentar, evidentemente, o número de vereadores, prefeitos, vice-prefeitos.

Assim como aconteceu no sul do estado, tivemos um exemplo do norte, pois dos sete municípios da região de Jaraguá do Sul, mais de 300 pessoas participaram do movimento progressista.

Parabéns pelo seu desempenho como presidente do nosso partido e esse dia certamente foi marcante para todos nós.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Pergunto se o presidente deputado Gelson Merisio, que se encontra no plenário, vai assumir a condução dos trabalhos.

(O presidente aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias: Projetos de Lei n.s: 0108/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, e 0448/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, os quais terão encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Também comunica que a comissão de Educação Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0106/2011, 0128/2011, de entidades sociais encaminhando relatório de atividades, e 0184/2011, 0196/2011, 0203/2011, 0209/2011, 0232/2011, 0249/2011, 0284/2011, 0323/2011, 0363/2011, 0476/2011, 0490/2011, 0507/2011, 0564/2011 e 0605/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0521/2011, 0533/2011 e 0614/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0215/2011, 0287/2011, 0353/2011, 0382/2011, 0385/2011, 0387/2011, 0389/2011, 0400/2011, 0401/2011, 0402/2011, 0298/2011, 0304/2011, 0323/2011, 0411/2011, 0416/2011, 0444/2011, 0447/2011 e 0486/2011 e do Projeto de Decreto Legislativo n. 0006/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0631/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0623/2011, 0633/2011 e 0637/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0634/2011, 0635/2011 e 0636/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0638/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0639/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0640/2011 e 0641/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.525/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 1.526/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.527/2011, de autoria do Antônio Aguiar; 1.528/2011, 1.529/2011, 1.531/2011, 1.532/2011, 1.533/2011, 1.534/2011, 1.535/2011 e 1.536/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.537/2011, 1.538/2011, 1.539/2011 e 1.540/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.541/2011, 1.542/2011 e 1.543/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.544/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e

1.545/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Pedido de Informação n. 0169/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre o consultor Wladimir Guimarães Correa Taborda, diante do quadro modelos de gestão do SUS no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo hoje esta tribuna para falar das grandes festas que tivemos no final de semana, como a Expo São Miguel, em São Miguel d'Oeste, que teve uma participação muito grande do público, um evento extraordinário, e como a maior feira do extremo oeste catarinense, que é a Efacip, de Pinhalzinho.

Sr. presidente, queremos agradecer a participação da TVAL e da Rádio AleSC Digital nesses eventos, pois que divulgaram o potencial, o crescimento e as novidades que essas regiões estão apresentando.

Tivemos uma surpresa muito positiva em todas as exposições que vêm ocorrendo. A animação do setor empresarial na área de serviços, na área da indústria e do comércio é muito grande, assim como na área da agricultura, que apresentou avanços significativos no último período, com novas experiências, novas atividades.

Quero cumprimentar o deputado Maurício Eskudlark, que passou por lá, assim como o deputado Padre Pedro Baldissera e outros.

Quero falar também a respeito das grandes inovações que vimos lá. Inclusive, comentamos nos estandes que não tivemos apenas o setor agrícola presente, mas outros setores importantes, como o da inovação tecnológica. E isso também acontece pelo investimento em conhecimento que estamos fazendo nessas regiões, com cursos técnicos, com as universidades particulares, comunitárias, escolas técnicas públicas e universidades públicas. Tudo isso gera para a região um novo perfil, uma nova perspectiva de desenvolvimento regional.

Sr. presidente, falava há pouco no horário dos Partidos Políticos que estamos acompanhando o investimento e o crescimento dos pequenos e médios municípios, que ficam nas regiões mais distantes do centro do poder, seja do estado, seja do país. E entre esses municípios está Pinhalzinho, onde mais de 43 mil pessoas participaram da feira. Além da feira, tivemos muitos debates, seminários e eventos. E um dos eventos com o qual contribuimos,

através da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, foi o que debateu os desafios desse importante segmento econômico.

O desafio da continuidade das pequenas propriedades, as dificuldades da juventude em permanecer no campo diante das inúmeras oportunidades na cidade, foram temas que prenderam a atenção dos participantes, porque na procura do primeiro emprego muitos jovens estão saindo do meio rural, deixando lá apenas seus pais, muitas vezes já aposentados e sem condições de tocar a propriedade.

Além disso, também foi motivo de discussão o futuro da atividade leiteira naquela região, que é uma das que mais produz no estado.

Ao final dos debates, foram feitos alguns encaminhamentos para continuar a discussão no futuro, servindo de subsídio para projetos de lei de que vamos tratar.

Com relação ao ICMS, a alíquota foi retirada das pequenas agroindústrias, que é uma política que já existe em outros estados, onde se vende para a alimentação escolar, para os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

É necessário o fim da terceirização da alimentação escolar no estado, como também o fim da terceirização da inspeção sanitária, pois está causando um grande prejuízo às pequenas agroindústrias familiares.

Por último, outra área que muito se cobra dos agricultores familiares, dos produtores de leite, das agroindústrias familiares, é a questão dos laboratórios. São necessários laboratórios públicos e laboratórios conveniados, deputado Moacir Sopelsa!

Então, um dos trabalhos que estamos realizando é no sentido de que se crie um laboratório público na Udesc de Pinhalzinho, para estar mais próximo ao laboratório da análise do leite, que tem que ser feita periodicamente pelos agricultores.

Hoje, a maioria das análises está indo para Curitiba e Passo Fundo, uma parte para Concórdia, mas ficamos sabendo que o laboratório daquele município está parado, não está fazendo análise.

Então, é uma necessidade que os agricultores levantaram na perspectiva de um debate futuro, além de outros temas que foram discutidos na segunda-feira, dia 14 de novembro, durante todo o dia, com um grande número de agricultores, lideranças de entidades, organizações da região e do estado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero agradecer e cumprimentá-lo, deputado Dirceu Dresch, pelo assunto que v.exa. traz à tribuna da Assembleia Legislativa. Eu sei que o nobre deputado já solicitou por muitas vezes a instalação de um laboratório no extremo oeste de Santa Catarina, nas cidades de Pinhalzinho e Maravilha, e acho que está coberto de razão.

Eu fiz isso, trabalhei muito e tive a oportunidade de ser secretário da Agricultura e instalar o laboratório de leite na Universidade de Concórdia. E, para minha tristeza, deputado Dirceu Dresch, o laboratório de leite está fechado. Mas amanhã apresentarei um pedido de informação para saber por que isso aconteceu. O ministério da Agricultura cancelou a licença de operação para o laboratório de leite. A Cidasc precisa se pronunciar sobre isso, como também a Universidade de Concórdia, e trazer os esclarecimentos devidos, porque é uma lástima um laboratório que tem um investimento, acredito eu, de mais R\$ 6 milhões, um dos melhores do sul do país, ser fechado por falta de algumas coisas e, salvo melhor juízo, por falta de vontade daqueles que têm a responsabilidade de conduzir esse laboratório.

Quero cumprimentá-lo, serei parceiro, pois, é claro, brigarei para que o laboratório de Concórdia continue funcionando, volte a atender aos nossos produtores, para que não precisem mais mandar para o Paraná e Rio Grande do Sul os seus produtos para análise.

V.Exa. está coberto de razão, porque a produção de leite é uma atividade que está presente em mais de 50% em nossas pequenas propriedades.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa. Quero cumprimentá-lo por essa luta e estamos juntos nessa caminhada, porque estamos mandando os nossos produtos para outros estados, os quais poderiam ficar aqui em Santa Catarina, ou seja, em Concórdia, em Pinhalzinho.

Então, queremos agradecer pelo empenho de v.exa. e encaminhar a perspectiva de melhoria nessa questão, porque como temos um aumento muito grande no número de agricultores que irão produzir leite, sendo que a tendência é aumentar muito nos próximos anos, precisamos ter laboratórios próximos, laboratórios inclusive públicos e privados, porque se o agricultor tiver dúvida ele poderá fazer um exame e receber o laudo do seu produto para sua garantia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Marcos Vieira.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Marcos Vieira, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Edison Andriano.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Edison Andriano, peço ao presidente Gelson Merisio que me substitua na Presidência, a fim de que eu possa fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero, antes de iniciar a minha fala, dar boas vindas à deputada Odete de Jesus, que estará conosco nos próximos dois meses, nessa parceria. Estávamos com saudade; por isso, vê-la novamente no plenário é um motivo de alegria para todos nós.

Há poucos dias o deputado Darci de Matos falava sobre a Lei Seca, sr. presidente. Apenas para ilustrar aquilo que o deputado Darci de Matos falava, neste final de semana, para não falar das 16 mortes que ocorreram no trânsito de nosso estado, nas rodovias de Santa Catarina, eu me ateria em falar apenas nas oito mortes. Eu tenho a impressão de que elas não foram computadas nesse levantamento, porque quatro dessas mortes aconteceram de ontem para hoje no perímetro urbano de Blumenau. Eu tenho a impressão de que não foram computadas as mortes que aconteceram neste final de semana em Santa Catarina.

Mas esse acidente em que morreram quatro pessoas na BR-470 foi provocado por outro veículo, um pequeno caminhão; foi provocado por conta de um cidadão que estava com o teor alcoólico bastante alterado. Teria ingerido bebida alcoólica e por conta disso acabou provocando esse acidente levando à morte quatro pessoas, sendo que se não estou enganado três da mesma família, pai e dois filhos, e mais outra pessoa que estava dentro do carro. Quatro pessoas que morreram por conta da irresponsabilidade de um elemento que bebeu e depois foi para a estrada.

De ontem para hoje, dentro do perímetro urbano de Blumenau, houve um acidente violentíssimo em que morreram quatro pessoas também. O mais velho deles tinha, parece-me, 30 anos, 31 anos de idade. O velocímetro do carro, depois que bateu, travou em 140 Km/h dentro do perímetro urbano de Blumenau. E dentro do veículo havia uma garrafa de vodka quebrada e várias latinhas de cerveja. Com certeza esses jovens que estavam no interior do veículo tinham ingerido também bebida alcoólica.

Dizia o deputado Darci de Matos que agora com essa mudança na lei as coisas tendem a melhorar. Em minha opinião, acho que se sai de um extremo para outro, e no fim das contas acaba não funcionando do mesmo jeito que não funcionava a lei que foi criada. Por

que digo isso? Uma pessoa que toma uma lata de cerveja num almoço, numa refeição, ou até duas latas de cerveja, poderá, a partir dessa nova interpretação da lei, ir presa da mesma forma que um elemento que toma uma garrafa de cachaça e sai ziguezagueando por aí e aprontando a possibilidade de matar pessoas e tudo mais. Enfim, a pessoa que toma uma lata de cerveja vai acabar tendo o mesmo grau de culpabilidade de outro que enche a cara.

Então, no meu modo de entender, saiu-se de um extremo para outro. Acho que deveria ser gradativa a penalidade às pessoas, que deveriam atingir principalmente o bolso do cidadão. Aquele que for pego com 0,6 graus acima do limite permitido de álcool pagaria um valor "x", não tão alto; com 0,8 graus pagaria um valor maior e assim sucessivamente. Enfim, instituir uma penalidade gradativa, que mexa também no bolso do cidadão. Não adianta nada como era feito antes, em que o cidadão era levado à delegacia e pagava somente R\$ 50,00, R\$ 100,00, sei lá quanto, e depois ia embora. Aliás, a impunidade é a grande causa dos males deste país.

Eu continuo defendendo também, sr. presidente, assim como qualquer pessoa normal, que haja rigor em relação às pessoas que dirigem alcoolizadas, mas tenho a opinião de que a pena deve ser de acordo com o teor de álcool encontrado no organismo do motorista. Sei que serei contestado e que muita gente me recriminará, inclusive pelo *twitter*, mas essa, repito, é a minha opinião.

Quero agora me pronunciar acerca do plebiscito que ocorrerá no dia 12 de dezembro próximo futuro, no estado do Pará, quando a população será consultada a respeito da criação de mais um estado, cujo território será desmembrado daquela unidade da federação. Serão duas as perguntas feitas à população: se é a favor da divisão do estado paraense para a criação do estado de Carajás e se é a favor da divisão do estado paraense para a criação do estado de Tapajós.

Ora, srs. deputados, as duas perguntas diferem apenas no tipo de divisão a ser feita. Não há uma pergunta específica do tipo: você é a favor ou contra a divisão do estado do Pará? Essa é que deveria ser a pergunta.

Considero esse plebiscito um absurdo, justamente num momento como este, em que a classe política é a bola da vez, é mote de más notícias da manhã à noite! Inventar, srs. deputados, um plebiscito numa hora dessas é dar motivo para mais uma notícia desabonadora para a classe política.

Se realmente for criado mais um estado, será criada mais uma Assembleia Legislativa, mais um Tribunal de Contas, mais uma Polícia Civil, mais uma Polícia Militar, mais um Poder Judiciário e um Ministério Público, mais três senadores e sabe-se lá mais quantos deputados federais!

Isso, repito, é um absurdo! Num momento em que o mundo fala em apertar o cinto, num momento em que todos estão de cabelos em pé em relação à economia global, no Brasil fala-se em criar mais uma unidade da federação, com uma série de órgãos e instituições, nos quais, certamente, serão agasalhados os apadrinhados da classe política daquela região.

No primeiro plebiscito realizado no Pará, 58% da população se mostrou contra a criação de mais um estado. Agora, no dia 11 de novembro, já começaram os trabalhos de propaganda no rádio e na televisão, já tiveram início os comícios, visando a fazer a cabeça dos paraenses, induzindo-os a aceitar a divisão do seu estado. E nessa insanidade, sr. presidente, serão gastos R\$ 5 milhões. Mais uma vez, isso é, no mínimo, um absurdo!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Manoel Mota - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Dá as boas-vindas à deputada Professora Odete de Jesus.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Analisa a greve no porto de Itajaí.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Apresenta a diretora de Recursos Humanos do Parlamento do Timor-Leste, Idalina Pereira Guterres.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Enumera e exalta os acontecimentos positivos relativos a Blumenau.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao encontro da Zona de Integração do Centro-Oeste Sul-Americano, na Argentina; manifesta-se sobre o plano salarial do funcionalismo público de SC.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dirceu Dresch.

Partidos Políticos

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ressalta a necessidade de equilíbrio das contas públicas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Bela Vista do Toldo, acompanhado de vereadores.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Convida para a audiência pública em favor da Interpraías.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Reporta-se à questão salarial dos servidores públicos.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Destaca o lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Analisa a importância dos esportes.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa a política salarial do governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar a deputada Odete de Jesus, dizendo-lhe que mais uma vez é bem-vinda a este Parlamento e que ficamos alegres com a sua volta.

Fazemos questão de dizer que a deputada Professora Odete de Jesus sempre foi uma deputada combativa, eficiente e que faz o seu trabalho com seriedade.

Parabéns, deputada Professora Odete de Jesus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Odete de Jesus, seja bem-vinda mais uma vez a esta Casa.

Nos últimos dias tenho acompanhado de perto, em Itajaí, minha cidade, toda a movimentação relativa à greve do porto. É uma greve que já se estende por mais de três semanas, provocando a paralisação das atividades e causando danos vultosos para a economia da cidade, da região, do estado e também do país, porque o porto de Itajaí, hoje, é um dos mais importantes do Brasil. Ele já representa uma parte importante da movimentação e do balanço de pagamentos da economia brasileira, de toda a movimentação de importações e exportações.

É difícil, muitas vezes, as pessoas compreenderem o que se passa no mundo portuário. Como é parte muito importante da minha cidade, eu acompanho isso há muitos anos e participei ativamente de todo o processo, desde quando, na época do presidente Collor, em 1989, um dos seus primeiros atos foi a extinção da Portobrás. E a partir do PL n. 0007, que se tornou depois a Lei n. 8.630, a Lei de Modernização dos Portos, vêm-se impondo adaptações crescentes aos vários setores, especialmente aos trabalhadores.

A paralisação deve-se, principalmente, à situação dos trabalhadores. Atualmente está paralisada uma das categorias, que são os conferentes, mas, possivelmente, a partir de hoje outras categorias do porto, como os estivadores, arrumadores e depois os vigias, também poderão aderir ao movimento. E aí será uma paralisação plena, total.

Por isso, tenho participado intensamente das reuniões junto com o prefeito Jandir Bellini para mediar as partes: os trabalhadores e o operador do terminal, a APM Terminals, do grupo A.P. Moller Maersk, que, podemos dizer, é o maior armador do mundo que, hoje, detém por arrendamento a operação do Porto de Itajaí, e é um operador exclusivo.

Eu tenho participado diretamente de todas as reuniões, que são dezenas e sucessivas, de manhã, à tarde e à noite,

durante todos esses dias procurando encontrar uma solução para que o porto volte imediatamente ao trabalho.

O principal problema que gerou essa situação deve-se a uma intransigência. Sempre há uma intransigência de ambos os lados, mas nesse caso eu acho que, especialmente, é do operador portuário, APM Terminals, porque os trabalhadores estão com os dias contados no sentido de que cada vez mais eles vêm tendo perdas sucessivas e adaptando-se nesse processo da modernização.

Então, agora é facultado ao operador que ele contrate os trabalhadores, até então avulsos, com vínculo empregatício. O que os trabalhadores querem? Eles não têm saída e, mais cedo ou mais tarde, terão que se transformar da condição de avulsos, que é uma condição histórica e centenária nos portos brasileiros, para uma situação com vínculo empregatício. O que os trabalhadores querem é um prazo, e depois de sucessivas propostas e de dez meses, oito meses, seis meses de prazo intermediário de negociações chegou-se a um prazo de dois meses, deputado Silvio Dreveck, para que as partes, operador e trabalhadores, estabeleçam uma negociação sobre o regramento da contratação daqueles trabalhadores que serão contratados com vínculo; daqueles que ainda continuarão trabalhando sem vínculo, como avulsos, porque tem que conviver com as duas situações; daqueles que vão trabalhar no navio e em terra com vínculo direto com o operador portuário, com a APM Terminals; e daqueles trabalhadores que ainda vão ficar com o seu vínculo direto com o sindicato como trabalhadores avulsos, e cujo procedimento de trabalho é regulado pelo Ogmo, que é um órgão gestor de mão de obra.

Então, o que os trabalhadores estão reivindicando é muito justo: um prazo de dois meses para estabelecer esse regramento, e que essas reuniões de negociações sejam procedidas pelo Ministério Público do Trabalho. E que findos os dois meses de negociações, aqueles pontos que forem consenso, os pontos consenso do regramento, sejam encaminhados ao Tribunal Regional do Trabalho para a homologação. E que os pontos divergentes, os pontos não convergentes, também constem de um relatório que o mediador do Ministério Público do Trabalho encaminhará ao Tribunal Regional do Trabalho para este faça, então, uma arbitragem. E aí as partes concordarão em não recorrer, porque, uma vez feita a arbitragem, as partes teriam que aceitar sem recorrer.

E é muito simples: ontem, anteontem ou na semana passada essa greve poderia ter terminado e o porto voltado a operar, o que é importantíssimo para Itajaí e Santa Catarina. Mas, por uma inflexibilidade do operador portuário, que simplesmente não admite esse procedimento porque ele já tem 19 trabalhadores contratados de uma forma muito tempestuosa e conflitiva, ele quer impor que esses trabalhadores já contratados comecem a trabalhar imediatamente. Isso cria um conflito com os demais trabalhadores.

Portanto, é uma coisa tão simples que poderia ser resolvida. Eu sinto muito e espero que durante todo o dia de hoje e nos próximos dias desta semana, no máximo, possam a chegar a um ponto de entendimento para que o Porto de Itajaí volte à sua operação normal.

Veja bem: nós já passamos por várias situações difíceis. Em 2008, houve uma catástrofe sem igual que acabou destruindo mais de 2/3 de nosso porto, e foram quase

dois anos para a sua reconstrução. Foram dois anos em que os trabalhadores ficaram na penúria, passando por necessidades e privações. Imaginem como ficaram esses trabalhadores com o seu mercado de trabalho destruído! Isso tem que ser levado em consideração!

Não é possível que um grupo multinacional, o maior armador do mundo... E é até uma covardia, para não usar outro termo, porque vai às raíais da selvageria quando, simplesmente, de uma forma intransigente como está sendo colocada pela APM Terminals, não quer transigir a uma reivindicação tão simples dos trabalhadores e, a partir dessa situação, normalizar imediatamente as atividades para a grande movimentação de congelados.

O nosso porto é o maior exportador de congelados do Brasil de suínos e frangos, e dezenas de navios estão sendo desviados para outros portos. A cada dia o porto perde mais de US\$ 1 milhão sem essa movimentação. E tudo isso por a uma intransigência banal, simplória e não justificada de um operador portuário que tem a benesse de ser exclusivo, que tem o privilégio de comandar, com exclusividade, todas as operações portuárias, beneficiando-se, inclusive, de berços públicos ainda não arrendados.

Portanto, eu trago esse assunto aqui porque sei que, nesse emaranhado de notícias, muitas vezes as notícias que sobram para a opinião pública é para mostrar uma imagem distorcida, como se um pequeno grupo de trabalhadores estivesse protelando uma situação de greve apenas por interesses muito exclusivos e injustificáveis. Mas não! É muito importante porque, sucessivamente, os trabalhadores já vieram perdendo e tiveram que conceder grande parte dos seus ganhos.

Então, os trabalhadores estão numa situação desfavorável. Mas eu faço esse apelo aqui ao bom senso tanto da imprensa quanto da própria Justiça do Trabalho para que possamos resolver isso imediatamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica a presença de uma visitante de um Parlamento externo, e o deputado Antônio Aguiar, secretário da Casa, fará a sua apresentação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós gostaríamos de apresentar a diretora de Recursos Humanos do Parlamento do Timor-Leste, a sra. Idalina Guterres, que veio em visita oficial ao país.

Tivemos a oportunidade de ceder um funcionário especializado em informática da Câmara de Vereadores de Canoinhas para prestar serviço ao Timor-Leste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência suspenderá a sessão por alguns minutos para que possamos ouvir a representante do Parlamento do Timor-Leste, que visita a nossa Casa no dia de hoje.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Com palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, permitam-me cumprimentar toda a comunidade, na pessoa da nossa representante do Parlamento do Timor-Leste - e, com certeza, sempre é uma alegria poder receber uma visitante -, e também a nossa deputada

Professora Odete de Jesus, que está novamente no plenário. É uma alegria vê-la aqui! E, ao cumprimentá-la, deputada, cumprimento todas as mulheres e as pessoas que nos acompanham neste instante.

Sr. presidente, tive a oportunidade, na última semana, de fazer uma visita à Espanha e de participar de um curso em Portugal. Depois, no horário do partido, quero falar sobre esse assunto. Mas antes gostaria de falar um pouco de algumas coisas positivas com relação ao município de Blumenau.

Primeiramente, quero parabenizar o CDL - Clube de Diretores Lojistas -, a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, a prefeitura de Blumenau e o governo do estado, porque, ontem, tive a oportunidade de participar da abertura do Natal de Blumenau. Aliás, foi uma solenidade belíssima, um evento maravilhoso que promete, srs. parlamentares e sras. parlamentares, ficar tão grande ou até maior do que a Oktoberfest. Esse evento que vai até dezembro - em janeiro já começa a Summerfest Blumenau novamente - irá movimentar a economia da cidade e, acima de tudo, mostrar a alegria do povo de Blumenau, a felicidade e o quanto é importante o espírito natalino.

Realmente, ontem, percebemos - e mesmo Blumenau tendo passado, junto com o vale do Itajaí, por uma tragédia recentemente e tendo passado novamente por uma enchente - a alegria e a felicidade do povo por morar em Blumenau e o quanto essa cidade nos dá orgulho cada vez mais.

Prova disso são as notícias que tivemos. Por exemplo, no último dia 11, srs. parlamentares, foi desativada a última moradia provisória onde várias pessoas estiveram abrigadas lá por causa da questão da perda das residências na catástrofe. Ou seja, são notícias positivas para a cidade. E mais um ciclo da tragédia de 2008 se encerrou naquela sexta-feira, quando a única moradia provisória que permanecia ativada, localizada no antigo Cesblu, deixou de funcionar.

As famílias que ainda residiam no abrigo eram do moravam do morro do Artur, do morro do Progresso e da Velha Grande. Essas famílias tiveram suas casas interditadas pela Defesa Civil no início de 2011. E as mesmas foram encaminhadas para os residenciais recém-inaugurados, Nascentes I e Nascentes II, do Minha Casa, Minha Vida.

As últimas famílias vítimas das chuvas ocorridas há três anos que permaneceram na sua moradia desde então até 2011, este ano, estão hoje nesses residenciais, no espaço entregue no mês de junho.

Portanto, com as mudanças, as famílias das áreas interditadas neste ano, em 2011, não estão mais em nenhum abrigo em Blumenau. Quero aqui registrar algo muito importante: o último abrigo foi desativado. Aliás, quero fazer um registro ao prefeito João Paulo Kleinübing, ao secretário Mário Hildebrandt, da Assistência Social, porque a forma como foram construídos esses abrigos e como as pessoas foram atendidas, por mais que não fossem as ideais, por mais que o ideal fosse que cada pessoa tivesse ido direto para uma casa, houve muito esforço da prefeitura, do governo municipal, do prefeito João Paulo e do secretário Mário. Até pela Cruz Vermelha houve reconhecimento, e identificaram essa questão das moradias de Blumenau como uma referência mundial de abrigo provisório. Realmente, a política adotada pelo município foi referência mundial.

Não é à toa, srs. parlamentares, sras. Parlamentares, que Blumenau, numa

pesquisa divulgada na última semana, deputado Manoel Mota, foi considerada a melhor cidade do estado para se viver. Blumenau é a melhor cidade para se viver, de acordo com o índice Firjan de desenvolvimento municipal.

Na verdade, esse é um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, responsável por desenvolver e coordenar estudos de pesquisa que orientam ações de promoção industrial em novos investimentos e orientam a questão dos investimentos dos municípios como um todo. Blumenau hoje foi considerada por esse Instituto a melhor cidade de Santa Catarina para se viver. Isso se deve a vários fatores, não só pela forma como foram tratadas as pessoas nos abrigos, não só pela forma como a população, por exemplo, vive e comemora a questão do Natal, mas também pelos investimentos do poder público, pelos investimentos da iniciativa privada, daquelas pessoas que acreditam na cidade e lutam pela cidade, acima de tudo.

Como exemplo disso temos o trabalho de infraestrutura com a nova ponte do Badenfurt, que está sendo feito pela prefeitura; a cobrança que estamos fazendo ao governo do estado no prolongamento da via expressa; os corredores de ônibus que garantem mais qualidade de vida para as pessoas que precisam usar ônibus; os investimentos na área de Saúde - e fico muito tranquilo para dizer que, pela primeira vez, Blumenau tem médicos em todos os postos de saúde, ainda com médicos de plantão, para poder atender à comunidade, o que reduziu em muito a fila de atendimento na saúde -; as vagas nas creches, que aumentaram; as reformas e as obras das escolas de ensino médio e básico, a melhoria da questão da educação infantil.

Há um conjunto de investimentos que faz com que Blumenau seja líder catarinense na geração de empregos, que faz com que Blumenau seja reconhecida por um instituto nacional como a melhor cidade do estado para viver. Isso nos dá muito orgulho. E continuaremos lutando pelo vale do Itajaí, por Santa Catarina, para que os recursos do estado sejam bem aplicados.

Nesse contexto, quero parabenizar todos que ontem estiveram na abertura do Natal de Blumenau, mostrando-nos que realmente isso é importante. Blumenau ensinou Gramado e agora teve que aprender novamente com Gramado, no Rio Grande do Sul, como se faz um Natal bonito.

Espero realmente que o Natal da nossa cidade possa ser maior do que o de Gramado, possa ser realmente referência nacional como era há muitos anos e, como falei no início, que possamos tornar a festa do Natal maior do que a própria Oktoberfest, porque é um evento que comove as famílias, que une as pessoas e resgata os valores humanos que são fundamentais.

E com a discussão do evento natalino, da importância dos valores do ser humano, também estamos discutindo neste momento a importância dos investimentos na cidade e da participação do governo estadual e federal, que em muitos casos fica com a maior parte dos recursos e menos devolve para os municípios. Mas acredito que é no trabalho em conjunto, na ação de todos, seja das esferas governamentais, da iniciativa privada, das entidades organizadas, dos representantes políticos, enfim, de todos, que vamos fazer com que Blumenau seja realmente não apenas a melhor cidade do estado para se viver, mas também, quem sabe, a melhor cidade do Brasil.

Temos aqui uma tabela comparativa. Para os srs. parlamentares terem uma ideia, no ano de 2005, Blumenau estava na 11ª posição no ranking das melhores cidades do estado e na 143ª posição do Brasil. E, de 2005 para 2011, Blumenau passou da 11ª posição para a 1ª posição em Santa Catarina e no Brasil para a 39ª. Houve um avanço muito grande de políticas, como já falei, de incentivo à cultura, de incentivo ao desenvolvimento, de incentivo à geração de emprego e de valorização do trabalho daqueles que acreditam na cidade e que querem uma Blumenau cada vez mais forte e pujante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham, quero no dia de hoje trazer algumas informações sobre o evento que participamos em Resistência, na Argentina, o encontro da Zona de Integração do Centro Oeste Sul-Americano, do qual participaram em torno de cinco governadores provinciais, principalmente da Argentina.

O deputado Pedro Uczai, presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias, participou do encontro em nível de Congresso Nacional. Esteve presente também o empresário Darci Zanotelli, de São Miguel d'Oeste, que vem se empenhando por muitos anos nessa luta.

Apresentamos o trabalho que vem sendo feito no Brasil para a integração ferroviária entre os países sul-americanos na Ferrovia da Integração, que liga o Porto de Itajaí e o Porto de Antofagasta, no Chile.

Nós fomos até lá com a perspectiva de apresentar a proposta e fazer o debate, a discussão da importância dessa integração ferroviária e tivemos a oportunidade de propor uma integração maior de Santa Catarina nesse espaço do centro-oeste sul-americano.

Propomos, sr. presidente, que a próxima reunião fosse realizada em Santa Catarina. E ficou definido que a reunião ocorrerá na primeira quinzena de fevereiro de 2012, em Florianópolis, quando a Zicosur se reunirá com os governadores, com as lideranças desses diversos países que virão a Florianópolis. E estamos conversando com o governador Raimundo Colombo e com lideranças de Santa Catarina para que possamos fazer um grande encontro da Zicosur, no mês de fevereiro, em Florianópolis, já que Santa Catarina é participante desse fórum, dessa zona de integração, para discutir grandes projetos.

É claro que a nossa participação foi na perspectiva da discussão da questão das ferrovias, mas há muitos outros projetos em debate, como, por exemplo, novas tecnologias, a questão da energia, temas ligados à agricultura, à indústria, ao comércio.

Então, quero comunicar a todos os srs. deputados que teremos esse importante evento já no início da volta dos nossos trabalhos, em fevereiro, entre os dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2012, na capital, em Santa Catarina.

A Frente Parlamentar vai contribuir na construção do evento e, além disso, contaremos com a participação do governo do estado, dos srs. deputados e das sras. deputadas.

Mas quero voltar a um tema que abordei ontem sobre o qual ainda não tivemos muito conhecimento, ou seja, o novo plano

salarial do funcionalismo público de Santa Catarina que o governador Raimundo Colombo anunciou.

Queremos fazer alguns comentários, mas vamos debater esse tema nos próximos dias também na nossa bancada e esperar chegar o projeto nesta Casa para fazer uma avaliação maior.

Vou fazer algumas avaliações já de início, dizendo que tivemos nesses últimos anos, principalmente nos oito anos do governo Luiz Henrique da Silveira, um governo que recuperou parte das perdas por abono, deputada Angela Albino, 1% de recuperação salarial para o funcionalismo público, porque o restante foi abono.

Essa política de recuperação salarial foi uma situação que sempre levantamos aqui. Criticamos por que não havia uma política salarial para todo o funcionalismo, não havia uma proposta de política salarial. Conforme o poder de pressão ou às vezes até de barganha de algumas categorias, havia a inclusão de abonos e a aprovação de alguns projetos nesta Casa, o que criou um abismo salarial entre as categorias. Existem servidores que recebem R\$ 2.000,00 ou até menos na base salarial, enquanto outros trabalhadores recebem o teto do Judiciário. Esta Casa, inclusive, aprovou alguns projetos.

Então, como corrigir isso, como resolver essa pendência? Algumas categorias, alguns setores do funcionalismo estão com uma perda de quase 35%, inclusive, sem a recomposição da inflação nesses anos, e principalmente nos últimos oito anos ou a partir do governo Wilson Kleinübing, quando se acabou com a política salarial no conjunto das categorias se Santa Catarina.

Reconhecemos e valorizamos a perspectiva de termos uma política unificada para o conjunto das categorias, e aí é importante uma data base para se ter um reajuste de 8%. Não vou aqui entrar no detalhe, se esse reajuste é o ideal ou não. Entendemos que não. Mas o governo faz a sua avaliação e apresenta o índice de 8% e o reajuste do vale alimentação, que era uma questão muito cobrada por vários setores, principalmente pela Educação, que era chamado de vale coxinha, que passa para R\$ 10,00, R\$ 12,00. Mas também continua extremamente defasado, porque nos últimos anos não houve a correção devida dos valores, e continua uma distorção, porque em setores do funcionalismo de Santa Catarina o valor está em torno de R\$ 900,00 a R\$ 1.000,00. E daí o funcionalismo do Executivo fica com um vale alimentação muito baixo.

Reconhecemos que esse reajuste foi de praticamente 100%, pois já passa para R\$ 10,00, R\$ 12,00 até a metade do ano que vem, mas ainda há uma dificuldade das pessoas se alimentarem, porque esse valor ainda não supre a demanda do vale alimentação das nossas categorias profissionais.

Então, esse é o nosso grande debate. Há o problema da disparidade, desse abismo na diferença salarial de funcionários, porque os trabalhos e as funções não são tão diferentes. Por exemplo, um policial que vai para o morro corre risco de morte, mas um professor que está nas escolas tem grandes dificuldades também e precisa ser valorizado.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Em primeiro lugar, quero agradecer-lhe pelo

reconhecimento da política estabelecida pelo governador Raimundo Colombo. E não vou entrar aqui na questão técnica, mas da intenção do governador. É o primeiro governador que vejo ter essa coragem de aumentar no final do processo em 100% o vale alimentação. Isso realmente é algo que tem que ser reconhecido. Precisamos reconhecer a iniciativa do governador de distinguir a defasagem e de na prática fazer algo concreto.

Essa foi a postura do governador Raimundo Colombo. Quando se fala de educação nos jornais de São Paulo, vemos que Santa Catarina é um dos únicos estados que cumprem o piso salarial. Em outros estados faz-se muito discurso e demagogia, mas na prática são poucos que têm a atitude simples, mas concreta, do governador Raimundo Colombo.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, é isso o que debateremos nos próximos dias. O deputado Jean Kuhlmann levantou a questão do piso, e precisamos debater como será feita a recomposição desses 8% do Magistério. E teremos, infelizmente, poucos dias para isso, pois estamos chegando ao fim do ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO Moacir Sopesla) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por onze minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente e srs. deputados, não estou acostumado a esse tempo de 11 minutos e espero que realmente o PSD possa continuar a ser um partido forte. Nasceu sendo o terceiro partido no Congresso Nacional, um partido forte, com base, com militância. E todos nós, através de um trabalho em conjunto, vamos conseguir formar o PSD não num partido grande, porque acho que isso não interessa às pessoas, o que interessa é a proposta, a qualidade, o que realmente pensa o cidadão. Não interessa entrar no discurso se é de esquerda ou de direita. Interessa, sim, o que se quer para a vida das pessoas. É isso que faz um partido grande, não a quantidade de filiados efetivamente, ou de representantes. Isso é importante, sim, mas acho que o mais importante num partido político é a qualidade das suas propostas. E aí automaticamente a sociedade reconhece as suas qualidades.

Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha, quero agradecer a oportunidade que tive na semana passada de participar de um congresso, o 10º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal, em Portugal, onde tivemos a oportunidade de trocar experiência com vários parlamentares, gestores públicos, de ouvir um pouco sobre a crise da União Europeia, de entender o que está acontecendo lá e ver bem aonde não podemos chegar em Santa Catarina.

Quero realmente agradecer a oportunidade e dizer que foi muito proveitosa a condição de trocar experiências. Falamos sobre os municípios em Portugal, sobre o Parlamento português, como funciona a estrutura política, como é a questão do acesso à saúde, sobre infraestrutura e educação, dos problemas da comunidade europeia, como tratam a questão do euro. Mas também existem problemas, srs. parlamentares, em Portugal. Inclusive estão ocorrendo várias manifestações públicas da sociedade.

Os servidores daquele país, neste ano, deputado Sargento Amauri Soares, vão

ficar sem o 13º salário e sem o recurso das férias. O governo português, em função da crise e por ter feito uma má gestão dos recursos públicos, por ter gasto muito mais do que arrecadou, terá que cortar o 13º e o recurso das férias dos funcionários públicos, o que está gerando uma revolta muito grande.

Então, dentro dessa visão de não permitir que o estado brasileiro chegue a esse ponto, é que nós cidadãos - aprendi isso nesse curso - e a sociedade como um todo têm que exigir do governo o equilíbrio das contas. Não é admissível que a administração pública, seja municipal, estadual ou federal, seja tratada com desdém, seja tratada sem responsabilidade. Um governo, e tem que começar lá em cima, pelo governo federal, não pode gastar mais do que arrecada, porque em algum momento essa bola de neve, essa bomba, vai estourar! Quando um governo gasta mais do que arrecada, tem que tomar dinheiro emprestado para pagar a conta. E todo dinheiro emprestado não é dado, todo dinheiro emprestado tem que ser devolvido com juros!

Então, temos que exigir, srs. parlamentares - não falarei de um partido político, mas de todos os partidos políticos -, dos nossos governantes o equilíbrio das contas públicas, para evitar que no futuro tenhamos o mesmo problema por que estão passando Portugal, Grécia e Espanha.

O Brasil tem um grande desafio, que é a questão do desenvolvimento econômico, do emprego, do acesso à renda, à qualidade de vida. Esse é o desafio de todos os governantes. O governador Raimundo Colombo tem o desafio de tentar melhorar o salário do servidor público, mas não pode fazer uma promessa que lá na frente vai ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal ou que vá exigir, por um erro de cálculo ou por uma irresponsabilidade política, uma ação como a que está sendo feita nos países da Europa. Ou seja, o governo tem que agir com equilíbrio.

Srs. deputados, discutimos muito isso no Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal, em Portugal, ocasião em que tivemos a oportunidade de trocar várias experiências. Estavam presentes parlamentares do Brasil inteiro, prefeitos de todo o país conversando com parlamentares de Portugal e da União Europeia.

Quero realmente agradecer a oportunidade e dizer que com certeza valeu a pena a experiência, pois pude ver que ainda temos muito a aprender, mas em outras questões estamos avançados, sim. Por exemplo, se o SUS funcionasse como deveria funcionar, com certeza seria o melhor sistema de saúde pública do mundo, muito melhor até do que o da Europa. Basta fazer funcionar como a teoria diz que deve funcionar.

Tive a oportunidade não somente de participar desse seminário, como também de ir até a Espanha, mais precisamente a Barcelona, para conhecer um projeto que espero seja aplicado. O secretário Paulo Bornhausen está verificando essa questão, e o governador já esteve lá verificando também. E já levantei esse assunto e acredito que Blumenau, por questão de vocação para a área digital, por conhecimento tecnológico e por ter um bairro numa situação semelhante à de Barcelona, uma área que era forte pela indústria têxtil, pela indústria de transformação e que acabou tornando-se a indústria do conhecimento, pode também sediar um distrito da inovação, como existe naquela cidade espanhola.

A situação de Barcelona é interessante. É uma cidade que possui 1.615.908 habitantes, dentro de uma região

metropolitana de quase cinco milhões de habitantes. A taxa de desemprego na Espanha é de aproximadamente 21%, sendo que a taxa de desemprego em Barcelona, por causa dessa visão de conhecimento do distrito da inovação, é de 14%, o que demonstra o quão importante é o investimento em conhecimento e inovação.

A taxa de desemprego em Barcelona, na década de 80, era de 21%, hoje é de 14% - quanto Florianópolis tem que aprender com isso, quanto Joinville, deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes, poderiam aprender, como também Blumenau, Rio do Sul, Chapecó e Lages, deputado Elizeu Mattos; a taxa de emprego na indústria, na década de 80, em Barcelona, era de 41% e hoje é de 10%; a taxa de emprego na área de serviços era de 50%, hoje é de 83%; já na área de turismo era de 4% e hoje é de 10%. Ou seja, houve uma grande transformação na economia da cidade.

Firmei minha convicção nessa viagem de que é fundamental que os municípios e o estado invistam na gestão do conhecimento, começando pela facilitação da criação de novas empresas. É fundamental que cada município, que cada prefeitura, seguindo o exemplo de Barcelona, que permitiu esse avanço na geração de emprego e do conhecimento, facilite o acesso à criação de uma empresa. Temos que desburocratizar cada vez mais, permitindo que haja agilidade para que o jovem, quando tiver uma boa ideia, crie sua empresa e rapidamente acesse o mercado de trabalho e gere emprego e renda.

Isso é algo fundamental e é feito nesse Projeto 22@Barcelona, que conheci, um projeto realmente muito interessante, pois além de permitir que a empresa cresça com agilidade facilita o acesso a financiamento de projetos interessantes.

E aqui quero parabenizar o Badesc e o governo do estado pelo lançamento do Programa Juro Zero, que permite que o microempreendedor individual tenha acesso, sem quaisquer juros, a um financiamento de até R\$ 3.000,00 para novos projetos, para aquisição de mercadorias.

Mas em Barcelona, além de permitir o acesso ao crédito, além de facilitar o início de uma empresa, através do Projeto 22@Barcelona, através da sua agência local de desenvolvimento, também se trabalha com a qualificação da empresa, no treinamento do empreendedor, a fim de diminuir o insucesso delas, fazendo justamente uma pesquisa de mercado para verificar onde aquele produto se encaixa e orientar o empresário no seu acesso ao mercado.

Então, essa permissão mais simplificada para que as empresas nasçam e cresçam dentro de uma área que estava degradada e que foi transformada num espaço para abrigar novas empresas, incentivar novas tecnologias, o conhecimento e a inovação, fez a diferença.

E aí quero dizer que Blumenau tem essa possibilidade. No bairro Itoupava Seca, próximo ao Instituto de Pesquisa Tecnológica da Furb, o IPT, há um laboratório com mais de 60 especialidades que pode atrair empresas e que pode gerar conhecimento de forma muito forte.

Quero aqui incentivar o secretário Paulo Bornhausen a continuar na sua luta de trazer essa ideia para Santa Catarina, como também o governador Raimundo Colombo. E acredito que Blumenau tem condições de sediar o primeiro distrito de inovação, porque na mesma característica que vimos em Barcelona verificamos a possibilidade da sua implantação em nossa cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença do prefeito Adelmo Alberti, de Bela Vista do Toldo, acompanhado dos vereadores Antônio Alberti, Osni Alberti, Francisco Kogi e Antônio de Lima.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, da Rádio AleSC Digital, visitantes que nos honram com a sua presença na manhã de hoje, alunos que vêm prestigiar o nosso Parlamento, professores, professoras que, com certeza, trazem seus alunos para mostrar a beleza da capital e da AleSC.

Primeiramente, quero fazer um registro, com muita honra, acerca de um moço que viveu quase meio século no Parlamento, que construiu com muito trabalho, com muita dedicação um pedaço das coisas boas que Santa Catarina tem. O Parlamento sente-se honrado com a presença, hoje, daquele que volta depois de estar no Tribunal de Contas já um bocadinho de tempo para fazer uma visita a esta Casa, que é o nosso conselheiro Herneus de Nadal.

Herneus de Nadal, esta Casa continua sua e com certeza a sua presença nos deixa alegres, porque sabemos quanto o senhor foi importante enquanto esteve neste Parlamento.

Quero fazer um convite a todos os parlamentares para participar da audiência pública que será realizada no dia 21, segunda-feira, neste Parlamento. Portanto, segunda-feira, na minha concepção, será um dia muito importante para se discutir uma obra do sul do estado. Temos muitas obras importantes, mas existe uma que é fundamental, que é a Interprias.

Srs. deputados, foi conquistada a BR-101, mas ela não está concluída. Estamos respondendo a um processo na Polícia Federal em relação a um movimento de paralisação, mas sabemos que cumprimos um papel em nome da população do sul de Santa Catarina, do sul do Brasil, porque essa obra serve ao país inteiro.

Conquistada a duplicação da BR-101, uma obra do corredor, o foco agora é a Interprias, uma obra de um potencial sem limites, que pode transformar, através do turismo, uma região que é, quem sabe, a mais forte em termos de turismo no estado.

Por isso, a partir das 9h do dia 21, segunda-feira próxima, este Parlamento estará lotadinho com a presença dos seguintes municípios: Passo de Torres, que trará um ônibus lotado, prefeitura e Câmara de Vereadores; São João do Sul, Câmara de Vereadores; Balneário Gaivota, lideranças; Sombrio, principais lideranças; Içara, um ônibus lotado e líderes; Jaguaruna, um ônibus lotado de líderes; Araranguá, dois ônibus; e Laguna, que também virá, porque a Interprias representa o resgate da cidade, pois circularão por

ela 15 mil veículos/dia. Isso tudo para mostrar a importância que tem a Interprias.

Então, o sul de Santa Catarina é uma região com um potencial sem limites, pois tem turismo, tem a Interprias, a serra do Faxinal, a serra da Rocinha, a BR-101, o aeroporto de Jaguaruna e o porto de Imbituba.

Assim sendo, estou convidando todas as lideranças do sul, a rede hoteleira, como também os parlamentares, para dar todo o apoio, toda a solidariedade para ajudar a região sul, que é uma das mais pobres do estado de Santa Catarina. Daí a importância de estarmos aqui lutando e trabalhando com dedicação, com responsabilidade e com lealdade, em favor daquele povo que luta muito para resgatar a sua região.

Por isso, na segunda-feira esta Casa estará lotada para receber os vereadores e os prefeitos de toda a região sul do estado. O Fórum Parlamentar Catarinense já confirmou presença, através do seu coordenador, deputado federal Edinho Bez, para que unidos levantemos a bandeira do desenvolvimento do nosso sul.

Será realizado esse encontro importante na Assembleia, e não estamos procurando capitalizar em nosso nome. Estamos convidando também a comissão de Transporte da Casa para juntar forças e buscar os resultados.

Santa Catarina precisa de muita ação para continuar se desenvolvendo, para continuar gerando emprego, para continuar melhorando a qualidade de vida de sua gente, mas temos que dar a nossa contribuição também. Precisamos continuar trabalhando firme para que o governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinto Moreira deem continuidade ao belíssimo trabalho realizado pelo governador Luiz Henrique.

Antes de deixar a tribuna para dar lugar ao deputado Elizeu Mattos, quero fazer um convite ao sul, à rede hoteleira, à associação comercial e ao CDL para virem a este Parlamento na segunda-feira, dia 21, para juntos viabilizarmos a grande obra que desenvolverá a região sul do nosso estado, a Interprias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Segundo acordo e ainda dentro do horário reservado ao PMDB, os próximos minutos são destinados ao deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna, nesta manhã, para colocar a matéria que está em pauta em todos os jornais, que é a questão salarial dos servidores públicos.

Estamos acompanhando o esforço do governo para elaborar uma proposta salarial que possa ser cumprida. É lógico que a reivindicação do servidor é válida. Todos nós queremos ganhar mais, queremos melhorar o nosso salário, mas o governo do estado tem a responsabilidade de dar aquilo que pode ser pago. Se houvesse recurso e não houvesse o limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deputado Sargento Amauri Soares, com certeza o governo concederia todos os benefícios possíveis aos servidores.

Eu sei, repito, que a reivindicação é válida, mas o governo tem que ter responsabilidade. Eu sei o esforço que o governador Raimundo Colombo, juntamente com o vice, tem feito para beneficiar o funcionalismo público, e o projeto de lei, inclusive, dará entrada nesta Casa na semana que vem. Mas o que gera estranheza é que o projeto ainda não

está totalmente fechado, e nós da base nem conhecemos totalmente a sua redação. No entanto, já há deputado criticando.

Eu acho estranho isso, porque como líder do governo não vi o inteiro teor do projeto, uma vez que ele ainda está sendo finalizado, mas já há parlamentares assomando à tribuna criticando o projeto que virá para a Assembleia.

Primeiramente, deixem que o projeto chegue à Casa, para depois o estudar e até o final do ano deliberar.

Outro fato que me chama a atenção é que é muito fácil vir aqui, deputado Valmir Comin, falar sobre o piso do Magistério. Eu vi vários deputados criticarem o piso do Magistério, dizendo que o estado tem que reajustá-lo, que o estado não pagou o piso, que todos os outros estados cumpriram a lei nacional aprovada há três anos, menos Santa Catarina. Mas causa-me estranheza esse discurso porque, ontem, ao ler a *Folha de S.Paulo*, deputado Valmir Comin - e não é o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, que está dizendo, é a *Folha de S.Paulo* -, tomei conhecimento de que somente sete estados da federação, incluindo o Distrito Federal, cumprem integralmente o piso do Magistério, e entre eles está Santa Catarina.

O que é o piso do Magistério? É o piso salarial e a jornada extraclasse somados. Os estados que cumprem são: Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe. Os estados que descumprem totalmente, que não cumprem nada do piso salarial, são: Bahia, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul. Esses estados não cumprem nada, nem o piso nem a jornada extraclasse! Mas ninguém vem aqui dizer que o estado de Santa Catarina está cumprindo o piso. Pelo contrário, ouço muitos deputados ocuparem a tribuna para dizer que o piso não está sendo cumprindo.

Então, é bom que os deputados e aqueles que nos acompanham nesta manhã em casa saibam que somente sete estados da federação cumprem o piso salarial do Magistério e que um deles é Santa Catarina.

Quando aprovamos a lei, com todos os deputados trabalhando em conjunto, fomos vaiados. Quando saímos às ruas alguns dizem que o piso não está sendo cumprido. Há até uma camiseta e um *outdoor* afirmando que os deputados não aprovaram o piso. Mas não sou eu quem está falando, é a *Folha de S.Paulo*, um dos jornais de maior circulação e credibilidade do país, que está dizendo que o estado de Santa Catarina cumpre o piso do Magistério aprovado por esta Casa.

Portanto, há um esforço de todos, do nosso governador, do vice-governador e dos secretários, para que tenhamos, deputado Sargento Amauri Soares, uma data-base para o servidor e o reajuste salarial anual. A inflação vai fechar em torno de 6% e a proposta do governo é um reajuste acima da inflação, uma reposição de 8%.

O mais interessante é que ontem, conversando, os deputados ajudaram a construir outra parte do texto que virá para a Assembleia Legislativa, ou seja, o vale alimentação terá uma reposição de 100% - vai dobrar o valor do vale alimentação do servidor. Num primeiro momento o aumento seria de R\$ 6,00 para R\$ 10,00. Contudo, como houve a intervenção dos deputados e uma boa conversa com o governador, o valor foi elevado de R\$ 6,00 para R\$ 12,00, a partir de maio de 2012. Portanto, haverá um aumento do vale alimentação do servidor público em 100% para o ano que vem e haverá uma data base.

O Sindicato da Saúde nos procurou, deputado Sargento Amauri Soares - e a sua mulher faz parte dele -, e a reivindicação da saúde também era a reposição da inflação. Na verdade, o governo vai dar mais do que a inflação, ele dará um reajuste de 8% ao servidor.

Outra boa notícia é a agregação, em quatro vezes, dos abonos. Ainda não está decidido e está sendo estudado pelo governador, mas serão agregados os abonos. Ao agregar os abonos, isso incidirá em horas extras e em outras coisas, principalmente na questão da segurança pública. Ainda não sabemos se serão os abonos agregados em porcentagem de 25%, 25%, 25% e mais 25%, ou seja, em quatro parcelas, ou se vai ser em valor. Isso está sendo discutido pelo governo. Mas essa é uma boa notícia para o servidor público do estado de Santa Catarina e também para os servidores da Segurança Pública, que vão poder agregar o valor.

Sr. presidente, era isto o que tinha para falar, nesta manhã, sobre o piso: que somente sete estados da federação pagam o piso nacional do Magistério e que um deles é Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, a democracia é boa por isto, deputado Elizeu Mattos, porque se pode debater e nem sempre precisamos aguardar a proposta final para fazer as análises necessárias, pois às vezes as opiniões dadas antes, quando a proposta está sendo construída - e já que ela está sendo construída a portas fechadas -, já possibilitam algumas repercussões daquilo que poderá acontecer caso a proposta venha dessa ou daquela forma.

Na verdade, o ideal é que essa proposta fosse construída num fórum reunindo os representantes do governo e os representantes das diversas categorias. Mas obviamente vamos aguardar a chegada da matéria nesta Casa para fazer uma análise mais aprofundada. Contudo, as notícias dos jornais já dão como certos alguns dados.

Em relação ao piso e ao fato de apenas sete estados cumprirem-no, quero dizer, em primeiro lugar, que tem que ser cobrado daqueles que não o implantaram ainda. Em segundo lugar, a grande discussão em Santa Catarina acabou sendo a forma com que o governo implantou o piso, não o fazendo na carreira. Essa é que foi a grande divergência.

Mas, de qualquer forma, esse é um assunto que vai voltar por muitas vezes ao debate neste Parlamento, e falaremos disso tão logo tenhamos um conhecimento melhor dessas medidas.

Gostaria de destacar, nesta manhã, sr. presidente, que o governo da presidente Dilma Rousseff lança hoje o programa Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

(Passa a ler.)

"O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência prevê investimentos federais de R\$ 7,6 bilhões até 2014 para ações de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade.

Por meio de ações estratégicas em educação, saúde, inclusão social e acessibilidade, o plano tem como objetivo promover a cidadania e fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e o usufruto, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis a toda a população.

O Viver sem Limite tem metas para serem implantadas até 2014 com previsão orçamentária de R\$ 7,6 bilhões. As ações previstas serão executadas em conjunto por 15 órgãos do governo federal.

Na área da educação, o Plano prevê ações como disponibilização de transporte escolar acessível, que viabilizará o acesso dos alunos com deficiência às instituições de ensino; a adequação arquitetônica de escolas públicas em instituições federais de ensino superior, dotando-as de condições adequadas de acessibilidade; implantação de novas salas de recursos multifuncionais e a atualização das já existentes; e a oferta de até 150 mil vagas para pessoas com deficiência em cursos federais de formação profissional e tecnológica.

Na saúde serão investidos R\$ 1,4 bilhão para ampliação das ações de prevenção às deficiências, criação de um sistema nacional para o monitoramento e a busca ativa da triagem neonatal, com o maior número de exames no teste do pezinho. Haverá ainda um expressivo fortalecimento das ações de habilitação e reabilitação, atendimento odontológico, ampliação das redes de produção e acesso a órteses e próteses. Também terão reforço de ações clínicas e terapêuticas, com a elaboração e publicação de protocolos e diretrizes de várias patologias associadas à deficiência.

Para a promoção da inclusão social serão implantados centros de referência, com a finalidade de oferecer apoio para as pessoas com deficiência em situação de risco, como extrema pobreza, abandono e isolamento social, com previsão orçamentária de R\$ 72,2 milhões.

O eixo acessibilidade prevê ações conjuntas entre a união, os estados e os municípios, com investimento previsto de R\$ 4,1 bilhões."

E assim há uma série de outras ações que estão previstas nesse Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que será lançado hoje, às 11h, em Brasília, pela presidente Dilma Rousseff, que mais uma vez mostra a sensibilidade do governo às necessidades das pessoas portadoras de deficiência.

Por fim, sr. presidente, aproveitando o tempo que ainda me resta, quero dizer que já aprovamos uma manifestação endereçada ao governo do estado e à secretaria de Segurança Pública. Já nos manifestamos publicamente, e v.exa., deputado Moacir Sopelsa, também já se manifestou publicamente sobre isso, mas eu não poderia deixar de fazer, mais uma vez, o registro sobre a situação de indignação que a comunidade do alto Uruguai e de Concórdia, em especial, sofreram há dias, tendo em vista que há uma defasagem muito grande de policiais naquela região. E havia sido anunciada uma quantia pequena, mas, queira ou não queira, eram dez policiais que iriam para o comando de Concórdia, com documento e portaria de designação. E, surpreendentemente, houve o cancelamento da ida desses policiais para Concórdia, o que causou uma revolta muito grande.

Portanto, mais uma vez, agora desta tribuna da Assembleia Legislativa, estamos

fazendo este registro e pedindo que o governo do estado, o comando da Polícia Militar e a secretaria de Segurança Pública possam rever essa decisão e deixar os dez policiais que já tinham portaria de lotação irem para Concórdia. E, além disso, já programar a reposição de outros policiais, já que há uma defasagem muito grande.

Então, eu queria fazer, mais uma vez, este registro. Deputado Moacir Sopelsa - e v.exa. tem sido atuante nessa questão também -, contamos com v.exa. para que possamos, por uma questão de justiça, ter a reposição imediata desses policiais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, e parabéns pelo seu pronunciamento.

É claro que não me cabe comentar o pronunciamento dos deputados, mas quero dizer que alguns, deputado Neodi Saretta, têm família que mora em Concórdia, mulheres que trabalham na cidade e que esperavam que fosse realmente cumprido aquilo que havia sido estabelecido. Portanto, temos que lamentar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, no horário dos Partidos Políticos, vou mudar um pouquinho de assunto e falar de esporte, já que estamos vivendo os Jogos Abertos e o Campeonato Estadual de Futsal Sub 13 de Santa Catarina.

Tivemos a oportunidade de participar, no último dia 15, das últimas partidas do Campeonato Catarinense de Futsal Sub 13 Feminino, e participamos, em Forquilha, da última partida de Caçador com Forquilha, deputado Sargento Amauri Soares, das meninas que deram um *show* de bola, de disciplina e de técnica com 13 anos de idade, mostrando a muita gente a força do time.

Peço a assessoria que proceda à exibição no telão das imagens das equipes durante a premiação.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Lá tivemos a oportunidade de assistir às meninas do Kindermann/Marcos Olsen, que carimbaram o título de Campeão Estadual de Futsal, categoria Sub 13. Jogando em Forquilha, elas venceram as três partidas do retorno da final da competição e somaram 18 pontos na fase, saindo de forma invicta em todas as partidas.

Na primeira partida elas aplicaram uma goleada majestosa na Unesc/Criciúma de 12 x 1. Já na terça-feira pela manhã bateram a forte equipe da Unimed/Concórdia por 7 x 2 e garantiram o título, vencendo ainda as donas de casa de Forquilha, durante o período da tarde, por 4 x 2.

Mas o que nos chamou a atenção foi a declaração das meninas. Além da campanha invicta, a equipe do Kindermann/Marcos Olsen teve a artilheira da competição, Paulinha, que marcou 18 gols e a goleira menos vazada, Amanda, com apenas sete gols sofridos.

(Passa a ler.)

"Estou muito feliz com o título e com a artilharia da competição, mas não consegui isso sozinha, dedico esse troféu a todas as meninas que me ajudaram, pois somos um grupo e agradeço ao professor Leonardo pela confiança depositada", disse Paulinha, com apenas 13 aninhos. É uma menina que promete muito.

O resultado foi sensacional: no turno, a Kindermann/Marcos Olsen venceu a Unimed/Concórdia por 6 x 0 e venceu a Lourdes Lago/Chapecó por 9 x 0. No retorno, a Kindermann/Marcos Olsen venceu a Unimed/Concórdia por 2 x 0 e venceu a Lourdes Lago/Chapecó por 3 x 0. No turno, já na fase final, a Kindermann/Marcos Olsen venceu a Unesc/Criciúma por 5 x 1, venceu a Unimed/Concórdia por 4 x 0, e venceu a SATC/Forquilha por 6 x 0.

O retorno da fase final foi muito sensacional:

A Kindermann/Marcos Olsen venceu a Unesc/Criciúma por 12 x 1 e venceu a Unimed/Concórdia por 7 x 2.

Portanto, Caçador ficou campeã, Concórdia vice-campeã, em terceiro lugar ficou Forquilha e em quarto lugar, Araranguá.

Isso nos engrandece muito, até porque, deputado Moacir Sopelsa, Caçador exibiu, no último *round*, no dia 13 de novembro, o nosso lutador Júnior dos Santos, o Cigano, que é filho de Caçador, nascido em 12 de setembro de 1984. Ele, filho de família humilde, morou até os 18 anos no loteamento Jung, no bairro Martello, onde parte da sua família, inclusive a sua mãe, Maria de Lurdes Almeida, ainda reside. Eu conheço muito toda a sua família.

O apelido Cigano surgiu devido a sua semelhança com um ator de TV que interpretou um cigano em uma novela. O Cigano sempre dizia:

(Passa a ler.)

"Eu não tinha tempo. Durante o dia trabalhava e, quando dava, estudava à noite. Era difícil fazer algum esporte. Eu nunca pensei que um dia seria um lutador", disse Cigano.

Mas ele teve um sucesso muito grande. Com 18 anos, Júnior saiu de Caçador e foi para a Bahia com R\$ 80,00 no bolso. Lá trabalhou como garçom, lavou pratos e, por fim, montou uma loja, mas as coisas não foram tão bem quanto ele esperava.

Começou, então, a treinar Jiu-Jitsu com a equipe do então famoso Acelino Popó, que todos conhecem. O Popó deu uma força muito grande para o Cigano, que foi galgando cada vez mais vitórias. No Kickboxe teve 18 lutas, sendo 18 vitórias por nocaute; no MMA teve 13 lutas e 12 vitórias, oito por nocaute - três finalizações e uma decisão; na UFC teve sete lutas e sete vitórias, seis por nocaute - uma decisão. Ele bate bem!

Na sua trajetória na UFC, esse campeonato maior que une uma série de modalidades como o *jiu-jitsu*, o *muhay thay*, o boxe, o *wrestling* e o *kickboxe*, ele teve, no dia 28, uma vitória sobre o brasileiro Fabrício Werdum, por nocaute. No dia 20 de fevereiro venceu o holandês Stefan Struve por nocaute técnico. Já em 19 de setembro de 2009, teve uma vitória sobre o croata Mirko Cro Cop, por nocaute. Em 2 de janeiro de 2010, venceu também por nocaute o holandês Gilbert Yvel. No dia 21 de março de 2010, sua vitória foi sobre o brasileiro Gabriel Gonzaga, por nocaute técnico. No dia 7 de agosto de 2010, teve uma vitória sobre o norte-americano Roy Nelson, por decisão unânime. No dia 11 de junho deste ano venceu o norte-americano Shane Carwin, numa decisão unânime. E agora, no dia 13 de novembro, consagrou-se, conquistando o cinturão dos pesos pesados, ao nocautear o norte-americano Cain Velasquez em apenas um minuto e quatro segundos.

Esse moço tem uma técnica fantástica, além da disciplina como desportista. Desde jovem era muito querido entre os estudantes, entre os colegas. Nas danceterias

não bebia e não fumava e tinha um conceito, pelo comportamento, invejado pelos próprios companheiros, que insistiam para que ele tomasse uma bebidinha, mas ele se divertia sem bebida de álcool e sem cigarro.

Encontrou amigos lá na Bahia e assim foi galgando espaços, até representar o Brasil nesse desafio ao campeão, a quem derrubou e conquistou algo inédito no Brasil.

Por isso, deputado Moacir Sopelsa, fazemos esse registro, porque vale a pena. O esporte propicia construir amizades, o esporte proporciona bom espaço de relacionamento tanto para meninas e meninos adolescentes quanto para lutadores do calibre do Cigano. Não é como o boxe, que pode até levar a uma fatalidade. Não, esse esporte tem uma regra segundo a qual quando o adversário se sente mal, dá um sinal e a luta é parada, consagrando o oponente como vencedor. Assim, apesar de ser um esporte rude, é muito disciplinado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Parabéns! Não sabia que Caçador tinha essa qualidade. Parabéns ao Cigano! Representou muito bem o Brasil.

Esta Presidência registra, com muito prazer e alegria a presença dos alunos e professores da Escola Básica Dom João Becker.

Quero dar a todos as boas-vindas e sintam-se em casa neste Parlamento.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0027/2011, 0050/2011 e 0112/2011, todos de entidade social, encaminhando relatórios de atividades.

Também comunica os Ofícios n. 0326/2011, 0358/2011, 0565/2011, 0585/2011, 0591/2011, 0595/2011, 0606/2011, 0609/2011 e 0620/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Esta Presidência também comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações de n.s 0642/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, e 0643/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também defere os seguintes Requerimentos n.s 1.546/2011 e 1.547/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 1.548/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Moção n. 0150/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lages, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, aqueles que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, os que estão presentes aqui, nesta manhã de quinta-feira, deputado Moacir Sopelsa.

Quando vi ao vivo a luta do brasileiro, natural de Caçador, onde viveu até os 18 anos, luta que durou uns 40 segundos, lembrei do deputado Reno Caramori. Eu já sabia que ele ocuparia esta tribuna para falar bem do povo de Caçador e dizer que são bons de bordoadas, porque os socos que o Cigano deu na rosca do ouvido do gringo foi alguma coisa de espetacular, para começo de conversa. Então, já imaginei o deputado Reno Caramori usando esta tribuna, para dizer que lá em Caçador só tem gente forte.

Evidentemente que ele parabenizou também, pois para todos nós é uma honra saber que um catarinense - e todo o Brasil assistiu -, um menino pobre da cidade de Caçador, que vendia picolé desde os dez anos de idade, tornou-se campeão mundial no esporte que hoje é a grande febre, é a grande sensação entre a juventude do nosso país.

Falando em esporte - e isso para a turma do Figueirense, para os alvinegros que nos estão acompanhando e por certo querendo saber se, mesmo entrando no assunto do esporte, o Sargento Amauri Soares não vai falar de futebol, o Avaí ontem sacramentou a sua passagem, o seu mergulho de dois anos para a série B do Campeonato Brasileiro. Evidentemente que vários erros foram cometidos em 2010 e especialmente em 2011, que levaram a esse resultado.

É preciso refletir e remar de novo na série B. Inclusive, gostaria de dizer que se o Avaí, no ano que vem, continuar na mesma linha de 2010 e 2011, vai para a série C, porque se priorizar entregar o clube para interesses financeiros e empresariais, é isso que vai acontecer, inexoravelmente!

É lamentável dizer isso a toda a nação azurra entristecida, mas não temos vergonha de falar também na derrota, e o resultado é justo porque o Avaí, e isso já há algumas rodadas, é o pior time do campeonato. O América Futebol Clube, de Minas Gerais, era o último colocado, mas há dois ou três jogos que joga melhor do que o Avaí Futebol Clube.

É uma pena que a democracia dos clubes no Brasil seja essa coisa fajuta. Se o time perde, dão uma justificativa qualquer e arrumam outros empresários para continuar fazendo a mesma política de enfraquecimento do clube.

Os bons jogadores do Avaí de 2010 foram vendidos ou emprestados; o passe pertence ao Avaí, mas foram emprestados para ficar na reserva dos times grandes, à exceção do Marquinho, que quase foi titular absoluto no Grêmio. Mas outros jogadores

bons do Avaí foram vendidos ou emprestados para o Sport, para o Corinthians e para o Vasco da Gama, para ficar na reserva. E eram os jogadores que poderiam ter salvo a pele do Avaí neste campeonato.

Mas os dirigentes conseguiram arrumar um técnico absolutamente desconhecido, desequilibrado, que mesmo vencendo 11 partidas entregou os jogos, muitos deles porque fez as substituições erradas. Esse técnico ficou no time até ele ser rebaixado. Daí é que foi embora. O empresário que encheu seu bolso de dinheiro saiu duas rodadas antes, depois de sugar bastante a "teta" do clube.

Sr. presidente e srs. deputados, agora quero tratar de outro assunto: a política salarial do governo do estado, que colocou como data-base o mês de janeiro para reajuste salarial, recuperando as perdas inflacionárias. Isso não é reajuste, é reposição das perdas da inflação, prejuízo já passado. Então, 8% em 2012, 4% em janeiro e 4% em maio.

Diz também o governo - e é uma promessa - que pretende incorporar todos os abonos em quatro anos, ou seja, até 2015. É muito pouco! É preciso registrar que tenho escrito, dito e defendido, inclusive diante da categoria, que é preciso ter uma data-base e o governo todo ano repor as perdas da inflação. Isso é justo, é correto, é digno de aplausos, aliás, é uma obrigação legal do governo fazer isso. Se essa política tivesse prevalecido no estado de Santa Catarina desde 1990, nos últimos 20 e 21 anos, o salário dos soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros estaria entre R\$ 5 mil e R\$ 6 mil. Isso se o governo tivesse, desde 1990, ou seja, desde o governo de Pedro Ivo Figueiredo de Campos, feito a devida reposição da inflação todos os anos. Mas os sucessivos governos não o fizeram.

Portanto, se é elogiável por um lado, é preciso reconhecer que é pouco; inclusive, a incorporação do abono em quatro anos é um desespero e não recupera suficientemente o salário do soldado, o salário da base dos servidores da Segurança Pública.

É preciso que o governo reflita sobre isso porque o processo de fragilização da Segurança Pública continua aumentando. O governador mandou contratar mil novos policiais militares em 2011, e a Polícia Militar não conseguiu contratar pelo simples fato de que os jovens não querem entrar na PM para ganhar tão pouco e ser submetidos a um regime de trabalho pesado e de relações internas insatisfatórias.

Este é o fato: dois concursos públicos e não se conseguiu recrutar, com a qualidade necessária evidentemente, mil novos soldados para a Polícia Militar, e o governador mandou contratar.

Então, se não melhorar o salário, não há jeito de melhorar a segurança pública, porque inclusive faltarão pessoas para entrar na corporação. Existem defasagens históricas que precisam ser resolvidas. O salário do soldado e do bombeiro é inadmissível.

O que temos de bom é que existe um acordo e um consenso, inclusive, entre a cúpula e os oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O comandante da Polícia Militar e o comandante do Corpo de Bombeiros estão defendendo uma política salarial que valorize o servidor, pois há 20 anos não tínhamos um comandante-geral que fosse diante do governador insistir numa proposta salarial melhor para o policial e, especialmente, começasse a pensar em melhorar o salário do soldado. Esse é o fator positivo!

É evidente que vamos debater os projetos na Assembleia Legislativa, mas precisamos partir do pressuposto de que embora a posição do governador seja digna de apoio, ela é insuficiente dada a defasagem histórica dos salários da segurança pública.

A Aprasc vai realizar um processo de mobilização, que até já começou através da publicação de *outdoors*, de mensagens nos meios de comunicação, e fará uma assembleia geral dos praças no dia 30 de novembro, às 9h, no Auditório Antonieta de Barros.

Na nossa pauta dez pontos mais três temas gerais: salário, anistia e carreira. Nós vamos debater isso. Estamos num processo de mobilização que vai até o Natal e esperamos sinceramente não passar mais um final de ano na estrada. É preciso que o governo aponte uma direção para melhorar, salvar a segurança pública dos catarinenses.

Sr. presidente, quero registrar que recebi com muita honra, hoje pela manhã, bem cedo, a visita do ex-comandante-geral da Polícia Militar, coronel João Lázaro Braga Filho, que foi comandante-geral da Polícia Militar, deputado Moacir Sopelsa, no governo de Pedro Ivo Campos, e é tido como uma referência, porque ele batia na mesa e dizia que ou era assim, ou o soldado ganhava ou não havia jeito, não haveria segurança pública.

Mas fiquei muito feliz com a visita do coronel Braga e discutimos várias questões internas das corporações militares, inclusive a anistia. Ele tem uma posição favorável, não de agora, pois desde 2008 já refletia sobre isso tudo e da necessidade de unificação e pacificação das instituições.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados. (Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 380, de 17 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos incisos I e II do art. 18 da Resolução nº 001, de 2006

Art. 1º Fixar o cronograma de encerramento do exercício

orçamentário/financeiro do ano de 2011, no âmbito da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O cronograma de atividades e datas a serem observadas está definido conforme Anexo Único deste Ato da Mesa.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011

DATA	DESCRIÇÃO DO OBJETO
30/11/2011	Prazo final para nomeação e exoneração de pessoal nos Gabinetes Parlamentares
30/11/2011	Prazo final para solicitar contratação de serviços e compras de pequeno valor
09/12/2011	Pagamento do 13º do vale alimentação
15/12/2011	Pagamento da parcela final do décimo terceiro salário
15/12/2011	Prazo final para solicitar ressarcimento de despesas dos Gabinetes Parlamentares
15/12/2011	Prazo final para liberação de diárias e passagens para os Gabinetes Parlamentares
15/12/2011	Prazo Final para alteração do Quadro de Pessoal dos Gabinetes Parlamentares para o mês de janeiro/2012
13/12/2011	Pagamento do vale alimentação do mês de dezembro
20/12/2011	Pagamento dos vencimentos do mês de dezembro
20/12/2011	Prazo final para devolução de saldos financeiros
21/12/2011	Prazo final para prestação de contas de diárias e de passagens
02/01/2012	Férias Gerais dos servidores da ALESC

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 381, de 18 de novembro de 2011

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais), nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

01001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Atividade 01.031.0920.0704.1138

Elemento/Fonte **339014-100** R\$ 1.150.000,00

SUBTOTAL R\$ 1.150.000,00

Atividade 01.031.0920.0415.1142

Elemento/Fonte **319113-100** R\$ 150.000,00

SUBTOTAL R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 1.300.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica suplementado nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

01001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Atividade 01.031.0920.0704.1138

Elemento/Fonte **319013-100** R\$ 1.000.000,00

Elemento/Fonte **339113-100** R\$ 150.000,00

SUBTOTAL R\$ 1.150.000,00

Atividade 01.031.0920.0415.1142

Elemento/Fonte **319113-100** R\$ 150.000,00

SUBTOTAL R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 1.300.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário



ESTADO DE SANTA CATARINA

Listar Nota Orçamentária
Detalhe

Ano Base: 2011

Data Referência	14/11/2011	Número	2011NO000008
Unidade Orçamentária	01001 Assembleia Legislativa do Estado		
Tipo Alteração	Remanejamento		
Tipo Ato Legal		Processo	
Justificativa	A ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PROPOSTA VISA AJUSTAR O QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA 2011, POR ANULAÇÃO PARCIAL DAS DOTAÇÕES DISPONÍVEIS NO ORÇAMENTO DA ALESC, PARA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (OBRIGAÇÕES PATRONAL)		
Cancelamento			
Situação Registro	Ativo - Liberada		
 Lançamentos 			
Tipo	Subação	Fonte Recurso	Natureza
R	001138	0.1.00.000000	33.90.14
R	001142	0.1.00.000000	31.91.13
A	001138	0.1.00.000000	31.90.13
A	001138	0.1.00.000000	33.91.13
A	001142	0.1.00.000000	33.91.13
			Total
			0,00
 Fonte Recurso 			
Tipo	Fonte Recurso	Valor	
A	0.1.00.000000	Recursos Ordinários - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	
R	0.1.00.000000	Recursos Ordinários - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	

SIGEF/SC - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Acompanhamento da Execução Orçamentária
Relatório Emitido em 14/11/2011 às 16:40 por VLADIMIR VALDEMIRO FERREIRA

Página: 1 de 1

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 382, de 18 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2099/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **CATHARINA MIGNONI**, matrícula n.º 076, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei, a contar de 11 de novembro de 2011

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 383, de 18 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DEIVI BENTO BITTENCOURT**, matrícula nº 6180, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2011 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 384, de 18 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOSE NILSON DE ESPINDOLA**, matrícula nº 3535, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2011 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 385, de 18 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JORGE LUIZ ARAUJO**, matrícula nº 3540, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2011 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 386, de 18 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR MICHELLE CRISTINA TODESCATTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTILHAS (GIBIS), CHAVEIROS E CAMISETAS.

DATA: 30/11/2011 - **HORA:** 11:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 10:30 h do dia 30 de novembro de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, 6º andar do Edifício João Cascaes localizado na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 18 de novembro de 2011.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2980/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 035/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA/GRÁFICA PARA IMPRESSÃO E POSTAGEM DA REVISTA ANUAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

ITEM 1

Vencedora: DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 35.899,00

Florianópolis, 18 de novembro de 2011

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 205/2011

REFERENTE: 4º Termo Aditivo de 06/09/2011, referente ao Contrato CL nº 053/2010, celebrado em 22/010/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Silitec Equipamentos Eletrônicos e Serviços Ltda.

OBJETO: O presente instrumento as partes consideram "apostilado" o reajuste contratual previsto no termo original, reconhecendo o incremento de 15,81% (quinze vírgula oitenta e um por cento) correspondente à variação do IGPM (FGV) apurado no período de outubro de 2009 a setembro/2011, com eficácia a partir da competência de 1º de outubro de 2011, inclusive, passando o valor mensal do contrato de R\$ 10.648,00 (dez mil seiscentos e quarenta e oito reais) para R\$ 12.331,69 (doze mil trezentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) e, o valor anual, para R\$ 147.980,28 (cento e quarenta e sete mil novecentos e oitenta reais e vinte e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original e, Autorização Administrativa.

Florianópolis, 18 de novembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Sócio Administrador- Luiz Pedro Maciel

*** X X X ***

EXTRATO Nº 206/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 074/2011, celebrado em 12/1/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: RBS Empresa de TVA LTDA.

OBJETO: Aquisição de cota participação no projeto “pedágio do brinquedo” promovido pela RBS E TVCOM, em parceria com a ALESC, que em troca contará com o acesso ao referido programa com os seguintes detalhes:

- Participação nos eventos que acontecerão simultaneamente em 21 cidades do estado no dia 12 de outubro de 2011, com estrutura de recreação para atender ao público presente, distribuição de folhetos e adesivos da campanha Laços de Amor, nos seguintes municípios: BLUMENAU, BRUSQUE, CAÇADOR, CANOINHAS, CHAPECÓ, CONCÓRDIA, CRICIÚMA, FLORIANÓPOLIS, ITAJAÍ, JARAGUÁ DO SUL, JOAÇABA, JOINVILLE, LAGES, LAGUNA, RIO DO SUL, SÃO BENTO DO SUL, SÃO JOSE, SÃO MIGUEL DO OESTE, TIJUCAS, TUBARÃO, XANXERÊ;
- Participação da campanha de arrecadação de brinquedos que acontecerá no período citado, tornando o próprio prédio da Assembleia Legislativa um ponto de arrecadação;
- Chamadas na RBSTV e TVCOM para as Audiências Públicas que tratam da Situação dos processos de adoção e as condições das casas de acolhimento no estado de Santa Catarina;
- Produção e veiculação não TVCOM de programetes resumo de cada Audiência Pública realizada;

VALOR GLOBAL: R\$ 150.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93; Autorização para processo licitatório nº 0098/2011- LIC; Inexigibilidade de licitação nº 038/2011;

Florianópolis, 18 de novembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Delton Batista da Silva- Presidente comercial

*** X X X ***

EXTRATO Nº 207/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 038/2011 celebrado em 12/10/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: RBS Empresa de TVA Ltda.

OBJETO: Cota de participação no projeto “Pedágio do Brinquedo” promovido pela RBS e TVCOM em parceria com a ALESC, cuja compensação será o seu nome divulgado na mídia catarinense e contará também com a sua logomarca estampadas em todos os meios de comunicação com acesso no referido programa.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0098/2011-LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica -).

Florianópolis, 18 de novembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 208/2011

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 010/2011 oriunda do Pregão Presencial CL nº 033/2011.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços diversos de chaveiro, com o fornecimento de todo o material necessário para suprir as necessidades da ALESC pelo período de 12 (doze) meses,

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (18 de novembro de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93 da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão CL nº 033/2011.

LOTE ÚNICO					
Item	Qtd	Descrição do Objeto	Marca	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
01	300	Cópia de chave para mesa, porta, armário e cadeado.	GOLD/SILCAJAS/LAUS	4,90	1.470,00
02	100	Abertura de fechadura de porta, gaveta e armário.	GOLD/SILCAJAS/LAUS	29,40	2.940,00
03	200	Modelagem de chave para mesa, porta e armário.	GOLD/SILCAJAS/LAUS	24,70	4.940,00
04	100	Troca de segredo de fechadura de porta, gaveta, armário e cadeado.	GOLD/SILCAJAS/LAUS	26,50	2.650,00
TOTAL					12.000,00

1ª REGISTRADA: IMPÉRIO DAS CHAVES COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA.EPP

Endereço: Rua Tiradentes, nº 224, Loja 2, Centro, Florianópolis/SC CEP 88010-430

Fone/fax (48) 3222-5666

E-mail imperiodaschaves@terra.com.br

CNPJ/MF n.º 82.531.104/0001-97

Florianópolis, 18 de novembro de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 3028, de 18 de novembro de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELENA DA SILVA RODRIGUES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data da posse (CGP - Colegiado de Bancadas).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3029, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA**, matrícula nº 6946, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 18 de novembro de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3030, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA, matrícula nº 6946, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 18 de novembro de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3031, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 045/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3032, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **VALCIR PAVANATE**, matrícula nº 6816, na DF- Coordenadoria de Execução Orçamentária.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3033, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JULIANO DA COSTA AZEVEDO**, matrícula nº 6317, na DTI - Coordenadoria de Suporte e Manutenção.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3034, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **RICARDO ALMEIDA**, matrícula nº 6322, na DTI - Coordenadoria de Suporte e Manutenção.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3035, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **TIAGO EMANOEL DE SOUZA**, matrícula nº 6319, na DTI - Coordenadoria de Suporte e Manutenção.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3036, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **LUIZ EDUARDO DE SOUZA**, matrícula nº 6852, na DTI/CSM - Gerência de Suporte Técnico e Manutenção.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3037, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANI**, matrícula nº 1449, na DTI/CSM - Gerência de Suporte Técnico e Manutenção.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3038, de 18 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **PAULO JOSÉ ROSA**, matrícula nº 1355, na DTI/CSM - Gerência de Suporte Técnico e Manutenção.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 012, de 7 de novembro de 2011

Altera os Anexos III-B, III-C e IX-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Os Anexos III-B e III-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar de acordo com os Anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º Fica incluído no Anexo IX-D da Resolução nº 002, de 2006, um cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC, nível 59.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Anexo II da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de novembro de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

ANEXO I

(Altera o Anexo III-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

"ANEXO III - B

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
.....			
Chefia da Secretaria de Comissão Permanente	PL/FC	3	15
.....			

”(NR)

ANEXO II

(Altera o Anexo III-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

"ANEXO III - C

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
ASSESSORIA TÉCNICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
.....			
Assistência Técnica de Comissão Permanente	PL/FC	2	17

”(NR)

*** X X X ***